

Anais da Assembléia

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 21 DE JUNHO DE 1972

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

WILSON FORTES	ARENA
ANTONIO COSTA	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
QUIELSE CRISOSTOMO	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA	MDB
ROSÁRIO PITELLI	ARENA
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ALVARO DIAS	MDB
ANTONIO BELINATTI	MDB
ANTONIO LOPES JUNIOR	ARENA
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAUJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BASILIO ZANUSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
EMILIO CARAZZAI	ARENA
ERONDY SILVERIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO SCORSIN	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
HELIO MANFRINATO	MDB
IGO LOSSO	ARENA
JOÃO FADEL	ARENA
JOÃO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LAZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUIZ ROBERTO SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURICIO FRUET	MDB
MUGGIATI FILHO	MDB
NIVALDO KRÜGER	MDB
ODILON REINHARDT	ARENA
OVIDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	ARENA
SEBASTIÃO RODRIGUES JUNIOR	MDB
SANTOS LIMA	ARENA
WILSON BRANDÃO	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

COMISSÃO EXECUTIVA

- PRESIDENTE — Wilson Fortes.
1.º VICE-PRESIDENTE — Antônio Costa.
2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).
1.º SECRETÁRIO — Ivo Tomazoni.
2.º SECRETÁRIO — Quíelse Crisóstomo.
3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB).
4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

COMISSÕES PERMANENTES

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

COMISSÃO EXECUTIVA

- Presidente — Wilson Fortes;
1.º Vice-Presidente — Antonio Franco Ferreira da Costa Filho
2.º Vice-Presidente — Nelson Buffara (MDB)
1.º Secretário — Ivo Tomazoni
2.º Secretário — Quíelse Crisóstomo da Silva
3.º Secretário — Domicio Scaramella (MDB)
4.º Secretário — Rosário Pitelli

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

- Presidente — Armando Queiroz
Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB)
Santos Lima; Ovidio Franzoni; Erondy Silvério; Emilio Carazzai; Igo Losso; Paulo Camargo; Cândido Martins de Oliveira; Luiz Roberto Soares; Muggiati Filho (MDB).

Secretário — Rita Celestino Soares

Reuniões — Quartas-feiras.

SUPLENTE

Borsari Neto; Basilio Zanusso; Antonio Lopes Júnior; Fabiano Braga Cortes; Antonio Maciel; Leopoldo Jacomel; Marciano Baraniuk; Odilon Reinhardt; João Fadel; Sebastião Rodrigues (MDB).

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

- Presidente — Fuad Nacli
Vice-Presidente — Antonio Belinatti
David Federmann; Leopoldo Jacomel; Antonio Lopes Júnior; Odilon Reinhardt; João Fadel.

Secretário — Terezinha Barbosa Moura e Claro

Reuniões — Terças-feiras.

SUPLENTE

Francisco Escorsin; Fabiano Braga Cortes; Lázaro Dumont; Jorge Sato; Igo Losso; Mauricio Fruet (MDB).

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

- Presidente — Jorge Sato
Vice-Presidente — Nivaldo Kruger (MDB)

Paulo Poli; Fabiano Braga Cortes; Basilio Zanusso; Fuad Nacli; Borsari Neto.

Secretário — Elcy Silva Batista

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência

SUPLENTE

Aguinaldo Pereira Lima; Cândido Martins de Oliveira; Pinto Dias; Wilson Brandão; João Fadel; Marciano Baraniuk; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

Presidente — Antonio Maciel.

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Francisco Escorsin; Marciano Baraniuk.

Secretário — Ney Rodrigues.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Leopoldo Jacomel; Fuad Nacli; Basilio Zanusso; Aguinaldo Pereira Lima; Alvaro Dias (MDB).

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

Presidente — Borsari Neto

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Xenofonte Villanueva; Gabriel Manoel.

Secretário — Roberto Diniz Sátiro

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Basilio Zanusso; Pinto Dias; Paulo Poli; Wilson Brandão; Alvaro Dias (MDB).

SUPLENTE

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

Presidente: Antonio Lopes Júnior

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Arizone Araújo; Cândido Martins de Oliveira; Gabriel Manoel.

Secretário — Maria Aparecida R.G. Amaral.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Francisco Escorsin; Santos Lima; João Fadel; Fabiano Braga Cortes; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

Presidente — Arizone Araújo

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Francisco Escorsin; Xenofonte Villanueva; Marciano Baraniuk.

Secretário — Agildes de Oliveira Martins.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Antonio Maciel; Luiz Roberto Soares; Paulo Poli; Wilson Brandão; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

Presidente — Aguinaldo Pereira Lima;

Vice-Presidente — Antonio Belinatti (MDB).

Paulo Poli; Wilson Brandão; Antonio Maciel.

Secretário — Francisco Accioly Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

Presidente — David Federmann;

Vice-Presidente — Arizone Araújo

João Fadel; Xenofonte Villanueva; Mauricio Fruet (MDB).

Secretário — Elza Carneiro Camargo.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Paulo Camargo; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Emilio Carazzai; Hélio Manfrinato (MDB)

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

Presidente — Cândido Martins de Oliveira.

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Basilio Zanusso; Antonio Maciel; Gabriel Manoel.

Secretário — Lélcio Guimarães Sotto Maior.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Armando Queiroz; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Santos Lima; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

Presidente — Paulo Poli.

Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB).

Aguinaldo Pereira Lima; Francisco Escorsin; Leopoldo Jacomel.

Secretário — Alberto Carazzai Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Armando Queiroz; Paulo Camargo; Ovidio Franzoni; Marciano Baraniuk; Antonio Belinatti (MDB).

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

Presidente — Xenofonte Villanueva.

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Marciano Baraniuk; Jorge Sato; Odilon Reinhardt.

Secretário — Maria Stella do Amaral Gurgel.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Arthur de Souza; Pinto Dias; Lázaro Dumont; Gabriel Manoel; Mauricio Fruet (MDB).

2.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura Ata da 85.^a Sessão (Extraordinária) — Realizada em 21 de Junho de 1972 (Quarta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Quielise Crisóstomo, secretariada pelos Srs. Deputados Domicio Scaramella e Rosário Pitelli.

Às 1400 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Ivo Tomazoni, Quielise Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Aguiñaldo Pereira Lima, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Maurício Fruct, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Wilson Brandão, Emílio Carazzai e Xenofonte Villanueva (44); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Antônio Costa, Nelson Buffara e Álvaro Dias (3).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,

destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 44 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição nr. 45/72, Veto apostado ao Projeto de Lei nr. 131/71, de autoria do Sr. Deputado Aguiñaldo Pereira Lima, que autoriza o Poder Executivo criar a Escola Normal Colegial do Município de Conselheiro Mayrink, para funcionar no ano letivo de 1972. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Encerrada a discussão. Em votação. — **Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, quinta-feira, dia 22 às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição nr. 46/72.

Levanta-se a Sessão.

2.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura Ata da 86.^a Sessão Ordinária — Realizada em 21 de de Junho (Quarta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Wilson Fortes, secretariada pelos Srs. Deputados Domicio Scaramella e Rosário Pitelli.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Ivo Tomazoni, Quielise Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Aguiñaldo Pereira Lima, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Emílio Carazzai, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, Lázaro Dumont, João Mansur, Jorge Sato, Leopoldo Jacomel, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Maurício Fruct, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Poli, Paulo Camargo, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (44); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Antônio Costa, Nelson Buffara e Álvaro Dias (3).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a
SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Emenda nr. 1

Emenda Substitutiva ao Projeto de Lei nr. 292/71.

O parágrafo 4.º do Art. 15 terá a seguinte redação:

§ 4.º — O Poder Executivo, mediante Projeto de Lei, proporá normas que regulamentem a Lei nr. 4.596, de 2 de julho de 1962, em face das alterações introduzidas por esta Lei.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1972.

(a) Erondy Silvério

Emenda nr. 2

Emenda Substitutiva ao Projeto de Lei nr. 292/71.

O parágrafo 2.º do Art. 15 terá a seguinte redação:

§ 2.º — Os recursos do F.D.C. serão geridos pelo Conselho de Administração, mediante referendo do Conselho de Curadores, e movimentados em Conta Especial do Banco do Estado do Paraná, ficando, em face das determinações deste parágrafo, revogado o Artigo 5.º da Lei nr. 4.596, de 2 de julho de 1962.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1972.

(a) Erondy Silvério

Emenda nr. 3

Emenda Substitutiva ao Projeto de Lei nr. 292/71.

O § 2.º do Art. 10 terá a seguinte redação:

§ 2.º — A competência do Conselho de Administração e sua remuneração serão fixadas por estatuto aprovado em lei.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1972.

(a) Erondy Silvério

Emenda nr. 4

Emenda Substitutiva ao Projeto de Lei nr. 292/71.

O Art. 9.º terá a seguinte redação:

Art. 9.º — O Conselho de Curadores, órgão de controle financeiro, patrimonial e contábil da Fundação é composto de cinco membros, nomeados pelo Governador do Estado, sendo dois indicados pela Assembléia Legislativa e os demais escolhidos dentre cidadãos de reconhecida experiência e conhecimentos de assuntos relacionados com a colonização e o desenvolvimento rural, com mandato de um ano, podendo ser renovado.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1972.

(a) Erondy Silvério

Emenda nr. 5

Emenda Substitutiva ao Projeto de Lei nr. 292/71.

Suprima-se a alínea IV do Art. 3.º e consequentemente o Art. 22, passando os artigos seguintes à numeração correta.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1972.

(a) Erondy Silvério

Emenda nr. 6

Emenda Substitutiva ao Projeto de Lei nr. 292/71.

O Art. 26 terá a seguinte redação:

Art. 26 — O Estatuto da Fundação pode ser reformado por Lei.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1972.

(a) Erondy Silvério

Emenda nr. 7

Emenda Substitutiva ao Projeto de Lei nr. 292/71.

O Art. 23, § 2.º, terá a seguinte redação:

§ 2.º — A aprovação do quadro e fixação de remuneração do pessoal técnico e administrativo da Fundação será de competência do Governo do Estado, mediante Lei.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1972.

(a) Erondy Silvério

Emenda nr. 8

Emenda Substitutiva ao Projeto de Lei nr. 292/71.

O Art. 16 terá a seguinte redação:

Art. 16 — A Fundação prestará contas à Assembléia Legislativa e ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, remetendo balancetes trimestrais e, encerrado o exercício, o balanço financeiro de suas atividades, em prazo que não exceda o último dia de fevereiro do exercício seguinte.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1972.

(a) Erondy Silvério

Emenda nr. 9

Emenda Substitutiva ao Projeto de Lei nr. 292/71.

A alínea III, do Art. 4.º, terá a seguinte redação:

III — 20% (vinte por cento) do produto de venda de terras devolutas do Estado, sendo o restante recolhido à conta do Tesouro Geral do Estado.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1972.

(a) Erondy Silvério

Emenda nr. 10

Emenda Substitutiva ao Projeto de Lei nr. 292/71.

A alínea I do Art. 3.º terá a seguinte redação:

I — Todas as áreas de terras públicas e devolutas de propriedade do Estado do Paraná, que o Poder Executivo fica autorizado a doar à Fundação, excluídas as áreas já legitimadas por terceiro ou que estejam sendo objeto de litígio judicial.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1972.

(a) Erondy Silvério

Emenda nr. 11

Emenda Substitutiva ao Projeto de Lei nr. 292/71.

O Parágrafo Único do Art. 1.º terá a seguinte redação:

§ Único — A Fundação é uma entidade autônoma que se regerá por Estatuto aprovado através de Lei.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1972.

(a) Erondy Silvério

Emenda nr. 12

Emenda Substitutiva ao Projeto de Lei nr. 292/71.

O Art. 6.º terá a seguinte redação:

Art. 6.º — Fica a Fundação investida do poder de representação do Estado na legitimação da propriedade, no uso e reintegração da posse e na discriminação de terras públicas dominiais e devolutas, podendo, ainda, promover convênios e acordos com a União, Estados e Municípios, condicionada a validade desses atos ao referendo dos Poderes Executivo e Legislativo através de leis específicas.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1972.

(a) Erondy Silvério

REQUERIMENTOS:

Requerimento

Senhor Presidente:

Requeiro, ouvida a Casa, a não realização de Sessão sexta-feira próxima, bem como suspensão do expediente da Secretaria, tendo em vista que, naquele dia, terá lugar a Páscoa dos Parlamentares e funcionários do Legislativo paranaense.

Sala das Sessões, em 21 de junho de 1972.

(a) Fabiano Braga Côrtes

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja designada pela Mesa Executiva deste Poder Legislativo, uma Comissão de Senhores Deputados para visitar os trabalhos de construção da Estrada de Ferro Central do Paraná.

Esta Comissão poderia no início do mês de agosto do corrente ano, reali-

zar esta visita para que este Poder, através seus representantes pudessem se inteirar do desenvolvimento dessa grandiosa obra, que após sua conclusão vai interligar o Norte com o Sul, por ferrovia.

Dai, Sr. Presidente e Senhores Deputados, o nosso interesse em vistoriar tal obra, para avalizarmos sua qualidade e brevidade.

Sala das Sessões, em 21 de junho de 1972.

(a) Domicio Scaramella

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, requer, depois de ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Secretário Mário Portes, da Segurança Pública, o seguinte pedido de informações:

Considerando que diversos advogados militantes no Foro desta Capital, denunciaram ao presidente do Colendo Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, conforme noticiam os jornais, edição de hoje, que estão sendo cerceados em suas atividades profissionais pelo diretor da Prisão Provisória do Ahú, que, através de Portaria recentemente baixada, proibiu o acesso dos advogados, depois das 18.00 horas, no recinto daquela Penitenciária, a fim de tratar de assuntos referentes aos interesses de seus clientes;

considerando que a Lei nr. 4.215 (Estatuto da OAB), em seu artigo 89, inciso 6.º, assegura ao profissional o livre acesso em qualquer repartição judicial, policial ou outro serviço, dentro do expediente regulamentar ou fora dele;

considerando que a Prisão Provisória do Ahú é entidade pública delegada do Poder Judiciário, na custódia de presos;

considerando ainda que advogados necessitam manter contatos com os seus clientes, a qualquer hora do dia ou da noite, e que assim estão impossibilitados de exercer livremente sua profissão, indaga:

1 — Se houve determinação de S. Exa. no sentido de que o horário limite para atendimento dos advogados aos seus clientes, na Penitenciária do Ahú, ficasse restringido até às 18.00 horas;

2 — Se tal decisão foi tomada com base em algum dispositivo legal;

3 — Se, sem qualquer fundamento legal, tal Portaria poderia ser revogada por S. Exa.

Sala das Sessões, em 21 de junho de 1972.

(a) Erondy Silvério

PROJETO DE LEI:

Projeto de Lei nr. 93/72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar um Ginásio Estadual no Distrito de Alvorada D'Oeste, Município de Cascavel, com início previsto para o próximo ano.

Art. 2.º — Fica, igualmente, autorizado o Poder Executivo a construir, através da Secretaria de Estado dos Negócios de Viação e Obras Públicas, o prédio destinado ao funcionamento do referido Ginásio Estadual.

Art. 3.º — As despesas com a execução desta Lei, correrão à conta das dotações específicas consignadas no Orçamento Geral do Estado.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de junho de 1972.

(a) Odilon Reinhardt

JUSTIFICATIVA: — O alto índice de população em idade escolar, por si só justifica o presente plano de Lei, de vez que, assim, se estará dando oportunidade de seguimento nos estudos àqueles que já tenham concluído o curso primário.

Alvorada D'Oeste, apresenta em nossos dias alto nível de desenvolvimento dentro do Município de Cascavel.

Através do desbravamento das terras daquela região, para ali afluíram e convergiram populações rurais de diversas e diferentes localidades não só do Paraná, mas igualmente de todos outros Estados da Federação.

População esta que necessita de uma melhor formação educacional, formação esta que somente será alcançada, com o advento da criação de um Ginásio Estadual para aquele Distrito.

Temos plena certeza que nossa reivindicação encontrará eco não somente junto aos nobres componentes desta Casa de Leis, bem como, junto ao Poder Executivo do Estado, que estará desta forma, não somente atendendo a uma justa reivindicação do povo de Alvorada do Oeste, mas também contribuindo para o engrandecimento do nosso Paraná, engrandecimento este que somente será atingido, com a elevação do índice de cultura de seu povo.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Esta Presidência tem a satisfação e honra de anunciar a presença neste Plenário dos Srs. Rolando Demetrio, Prefeito Municipal de Cornélio Procopio e Michel Dibe, Vereador.

A ordem de inscrição para falar no Pequeno Expediente fica válida para a sessão de amanhã.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Odilon Reinhardt, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Emenda ao Projeto de Lei nr. 292/71, de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiada.**

Emenda Substitutiva ao Projeto de Lei nr. 292/71, de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiada.**

Emenda Substitutiva ao Projeto de Lei nr. 292/71, de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiada.**

Emendas nrs. 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12, todas de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, ao Projeto de Lei nr. 292/71, constantes do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiada.** Serão encaminhadas à Divisão das Comissões para inclusão no Projeto.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 244-70, de autoria do Dep. João Mansur, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Normal de Grau Colegial em Adrianópolis. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., com EMENDA DE PLENARIO. — **Aprovados, Projeto e Emenda.**

3.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 49-72, de autoria do Poder Executivo, — Mensagem n. 14-72, encaminhando anteprojeto de lei que abre crédito especial de Cr\$ 1.516.290,00 (um milhão quinhentos e dezesseis mil, duzentos e noventa cruzeiros), à Secretaria de Estado dos Negócios dos Transportes, — Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina — A.P.P.A., para despesas com execução da Lei n. 6.249, de 10 de novembro de 1971. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

3.ª Discussão — do Projeto de Resolução n. 10-72, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n. 105-72, aprova os termos do acordo firmado entre o Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, celebrado em 13 de outubro de 1971, e destinado à realização do censo de recursos humanos do pessoal componente da Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública e das entidades a ela vinculadas. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

3.ª Discussão — do Projeto de Resolução n. 11-72, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça ex-Proposição n. 106-72, aprova o Termo de acordo n. 23-71, celebrado em 13 de outubro de 1971, entre o Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, destinado a realização de "Curso de Administração de Serviços de Saúde. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

2.ª Discussão — do Projeto de Resolução n. 12-72, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — ex-Proposição n. 107-72, aprova o termo do acordo n. 24-71 celebrado em 13.10.71, entre o Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, destinado a realização do "1.º Curso de Auxiliares de Estatísticas de Saúde e Registro Hospitalares". Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª Discussão — do Projeto de Resolução n. 13-72, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n. 108-72, aprova em todos os seus termos, o Acordo n. 25-71, de 13.10.71, entre o Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, que estuda obtenção do Mapa Pedológico, adotado pela Comissão dos Recursos Naturais (CERENA). Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 295-70, de autoria do Dep. Luiz Renato Malucelli, fica criado um Curso Científico no Ginásio de Colombo Pareceres favoráveis da C.C.J. C.F. e C.I.P. — COM EMENDA SUBSTITUTIVA. — Em votação o Projeto, ressalvada a Emenda. — **Aprovado.** Em votação a Emenda. — **Aprovada.**

2.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 13-71, de autoria do Dep. Francisco Escorsin, cria na cidade de Ubitatã, Município do mesmo nome, uma Escola Normal Colegial, para funcionar a partir de 1972. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 57-72, de autoria do Dep. Luiz Roberto Soares, dispõe sobre atribuições das Comissões Técnicas da Secretaria da Assembléia Legislativa, para requisitar cópias de informações, pareceres, documentos, dados análises e outros elementos, junto ao Tribunal de Contas do Estado e dá outras providências. Parecer favorável da C.C.J. COM EMENDAS. EM REGIME DE URGÊNCIA. Em votação o Projeto ressalvadas as Emendas. — **Aprovado.**

1.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 84-71, de autoria do Dep. Nivaldo Kruger, que autoriza o Poder Executivo a criar, uma Escola Técnica no Município de Guarapuava. Pareceres favoráveis da C.C.J. C.F. e C.I.P. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N. 84-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, uma Escola, Técnica, destinada à aprendizagem industrial, no Município de Guarapuava.

Art. 2.º — A Escola terá além de um ginásio técnico industrial, cursos de aprendizagem que mais correspondam as necessidades de mão de obra especializada da região.

Art. 3.º — O curso ginasial técnico terá a duração letiva de quatro anos e os demais cursos o tempo necessário à sua aprendizagem, de acordo com as normas vigentes no ensino profissional.

Art. 4.º — A Escola Técnica funciona sob regime de fundação e o seu sistema de ensino funcionará sob estado de semi-internato.

Art. 5.º — O regime financeiro e didático da Escola Técnica será fixado de acordo com a legislação correspondente e devidamente regulamentado pelo Poder Executivo e regimento interno.

Art. 6.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 1.º de junho de 1971.

a) Dep. Nivaldo Kruger.

JUSTIFICATIVA:

Hoje, em nosso país, existem, percentualmente menos técnicos especializados do que advogados. Vive o nosso ensino atualmente uma falta de diretrizes gerais orientadoras destinadas à formulação de uma eficiente política de formação e aperfeiçoamento de pessoal.

As necessidades destas escolas são enormes e o que já se fez, como o que se faz é insuficiente. É preciso mais, muito mais. O Projeto presente visa ampliar esta necessidade, proporcionando a matriculação de jovens, que desejam se beneficiar com o aprendizado técnico, preenchendo desta maneira os espaços ausentes reclamados pelo Paraná e pelo País.

Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO DE LEI N. 84-71

AUTOR: Deputado Nivaldo Kruger.

SUMULA: Autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Técnica no Município de Guarapuava.

PARECER

Pretende o nobre Deputado Nivaldo Kruger, com o presente plano de lei, criar uma Escola Técnica no Município de Guarapuava.

Quanto ao mérito e oportunidade do projeto nada a opor. Justa se nos afigura a pretensão de seu autor. As razões invocadas na justificativa que acompanha o projeto são de molde a convencer da necessidade da criação da referida Escola.

Nestas condições somos pela aprovação do mencionado projeto.

Em o Relatório.

Sala das Comissões, em 15 de junho de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Igo Losso — Relator

Emílio Carazzai

Cândido Martins de Oliveira

Gilberto Carvalho

Acyr José

Sebastião R. Júnior.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI N. 84-71

A medida é das mais oportunas e faz juz ao espírito público do seu autor, sempre voltado para as questões fundamentais de nossa comunidade. Entre estas, evidentemente, situa-se com prioridade absoluta o da criação de mão de obra especializada para atender à demanda do mercado de trabalho e da solução do problema educacional-profissional, no plano da valorização dos recursos humanos para o desenvolvimento e da realização social e pessoal da juventude paranaense.

Como se trata de mera autorização legislativa, não implicando, de imediato, a sim na execução da faculdade concedida, pelo Executivo de qualquer ônus, a esta Comissão não se apresenta matéria propriamente financeira para ser analisada. Contudo, não há óbice de caráter econômico-financeiro a desaconselhar a conversão da presente proposta em lei.

Por tais razões, opino pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em

aa) Leopoldo Jacomet — Presidente

Maurício Fruct — Relator

Santos Lima

Paulo Poli

Fuad Nacli

PROJETO DE LEI N. 84-71

Comissão de Instrução Pública

PARECER

O presente plano de lei, visa a criação de uma Escola Técnica, no Município de Guarapuava.

A medida proposta, se concretizada, proporcionará amplas possibilidades de progresso cultural a grande massa de jovens que vivem na cidade de Guarapuava e vizinhanças.

Felias razões expostas, esta Comissão opina pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em de 1971.

aa) Antonio Lopes Júnior — Presidente

Antonio Lopes Júnior — Relator

Santos Lima

Alvaro Dias

Arizone Araújo

Esta Presidência sente-se honrada com a presença neste Plenário do Prefeito de Jandaia do Sul, sr. Hermínio Vinholi, e do Presidente da Aliança Renovadora Nacional do Município de Cianorte, Dr. Ramon Máximo Schwartz.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado pedido de informações ao sr. Secretário da Segurança Pública. — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. Deputado Domicio Scaramella, constante do Expediente, solicitando seja designada pela Mesa Executiva desta Casa, uma Comissão de Srs. Deputados para visitar os trabalhos de construção da Estrada de Ferro Central do Paraná. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Cortes, constante do Expediente, solicitando a suspensão do expediente da Secretaria desta Casa, dia 23, por motivo da Páscoa dos Parlamentares e Funcionários. — Aprovado.

O SR. PRESIDENTE — Para explicação pessoal, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nivaldo Kruger.

O SR. NIVALDO KRUGER — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Dentro de alguns instantes estará nesta Casa o ilustre Secretário dos Negócios da Fazenda do Paraná. Uma oportunidade excelente proporcionada ao povo do Paraná para tomar conhecimento da realidade financeira do nosso Estado. O pronunciamento de S. Exa. proporcionará oportunidade a cada Deputado de lhe dirigir perguntas a respeito da verdadeira situação financeira em que se encontra o Estado do Paraná, mas também das projeções, tendo em vista o seu futuro. Nem poderia ser de outra forma a vinda de um Secretário a uma Assembleia; não pode ser de forma alguma um monopólio, a que todos se submetem e se limitam a condição de ouvintes. Não teria validade a presença de S. Exa. Faço estas observações momentos antes de S. Exa. chegar no sentido de que se abra o diálogo para que então possamos tomar conhecimento e não continuarmos na posição em que nos encontramos atualmente. Posição crítica e difícil, quando sabemos que a receita cresce e, por outro lado, sabemos que o Governo alega não dispor de meios.

Estas observações, Sr. Presidente, dirigidas à Mesa no sentido da Mesa dialogar com o sr. Secretário da Fazenda, aproveitando a oportunidade de estabelecer este diálogo que me parece salutar para a vida política do Estado.

Agora, sr. Presidente, quero na oportunidade, ainda, ressaltar aspectos profundamente negativos da atuação de um órgão de Governo com a responsabilidade de controlar preços como a SUNAB. Parece até que não tem sido levado a sério o trabalho desenvolvido pela Assembleia Legislativa no sentido de demonstrar a estes órgãos que sua política de preços está pre-

judicando profundamente determinados setores de atividades do Estado do Paraná.

Parece até que este órgão ignora a presença deste Poder.

Parece até que este órgão ignora a presença deste Poder.

Várias vezes, denunciou-se daqui o gravíssimo problema do leite. E agora nós presenciamos na cidade de Cascavel um grande encontro de produtores, que tomou uma providência sábia: conduziram as lideranças locais, os seus empresários, no sentido de que ali fosse construída uma grande usina de laticínios.

Construída esta usina, e instalada, iniciou-se a fase de operação.

Prefeitos da região, usando das atribuições que a Lei lhe confere, baixaram norma determinando a proibição da venda do produto in-natura. Proibida a venda do produto in-natura em toda a região do Oeste do Paraná, que tem como sede Cascavel; os produtores de leite ficaram sem o mercado tradicional direto e a empresa encarregada de industrializar este leite e colocar à disposição do consumidor ficou também sem o produto, porque o preço imposto pela SUNAB é tão vil que o produtor prefere entregá-lo aos porcos nas pocilgas.

Assim, sr. Presidente, denunciemos este fato altamente negativo à vida econômica de uma região importantíssima.

Outro aspecto da vida administrativa do Paraná é o descaso, Sr. Presidente, o descaso com que o Governo trata o sério problema da educação. Numa das regiões mais prósperas, onde todos contribuem para o erário, o Governo há vinte anos não constrói prédios necessários para atender à demanda escolar.

E hoje, alunos e professores sofrem as consequências da falta de sensibilidade do Governo para com problemas tão importantes.

Ocorre que, em cidades do Paraná, existem edifícios que não têm condições de abrigar o número de alunos que se apresentam em idade escolar. Professores sacrificando-se, alunos sofrendo prejuízos. É a formação do homem paranaense que é descuidada. E assim, nós chegaremos, em futuro próximo, ao caos.

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Excia. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado Nivaldo Kruger, o bosquejo que V. Exa. rapidamente traça com relação à posição econômica do Estado, é uma tentativa de despertar as consciências responsáveis do Estado do Paraná para o encontro e a busca de solução desses problemas. Eu faria apenas duas observações com relação ao tema. Em primeiro lugar, para deixar consignada e registrada a minha afinidade com o seu ponto de vista, com relação à necessidade de diálogo entre este Poder e o Exmo. Sr. Secretário, da Fazenda do Paraná. Também acredito que, sem o estabelecimento de um diálogo, a visita do Sr. Secretário, que muito nos honra, será de pouca eficiência; porque é exatamente na medida em que se estabelecesse um diálogo, se estabelecesse e também se implantasse uma argumentação, seria mais viável, seria mais democrático. Contudo, segundo estou informado, o próprio Regimento desta Casa não permitiria que se indagasse, se questionasse o Sr. Secretário da Fazenda. Eu só posso, nobre Deputado, manifestar o meu desacordo com o dispositivo regimental, porque vai se repetir hoje nesta Assembleia, a tradicional hierarquia entre professor e aluno, a falsa hierarquia entre professor e aluno, aliás já superado este distanciamento, pelos mais modernos métodos pedagógicos. De maneira que, com relação a este primeiro ponto, fica registrada minha irrisignação.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Deputado, tenho um ponto de vista formado a respeito de encontro entre Secretário e Deputados. Para mim, o Secretário é um empregado público que deve prestar esclarecimentos àqueles que representam o povo. Quando o Secretário se coloca numa posição hierárquica superior, deixa de existir o fundamental, que é o diálogo. Este diálogo imperioso que aconteça, e acontecerá em grande estilo, pois conhecemos a capacidade e o conhecimento do Sr. Secretário e sabemos que os Deputados têm interesse em conduzir para um fim objetivo, prático e construtivo, diálogo desta natureza.

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nesse ponto, o Governador do Estado do Paraná hoje estará com os membros da Arena; lá podemos, com mais amplitude debater a problemática econômica do nosso Estado. Todavia, tenho certeza de que, ainda que fosse adotada metodologia mais democrática, o Sr. Secretário da Fazenda, intelectual sobrejamente brilhante, haveria de se sair airoso. Todavia, é lamentável que isto não ocorra, prejudicando-nos a nós os Deputados e a ele próprio.

Com relação ao segundo ponto, que é a observação que poderia fazer em sua oração, eu me reservo numa outra oportunidade para fazer considerações mais longas. Mas, realmente, Srs. Deputados, é imperioso reconhecer que o problema da educação no Estado do Paraná está gradativamente caminhando para um desfecho e para uma posição de impasse irreversível. Não disponho de qualificações técnicas para apreciar o problema tecnicamente, mas creio dispor de um mínimo de sensibilidade para perceber que efetivamente não há a menor organização, a menor estruturação e nem o necessário planejamento para que se possa, pelo menos, já não digo solucionar, mas encaminhar para soluções a problemática educacional do Estado do Paraná. Na região que também represento, no Sul do Estado, o melhor que se poderia dizer é que é caótica a situação do ensino. Não há norma, não há comando, não há planejamento, não há recursos. Não há material, não há prédios, não há professoras, não há serventes. enfim, não há absolutamente nada que marque a presença da Secretaria de Educação, pelo menos naquela região. Não sei se também em outros quadrantes do Paraná. Não quero debitar a culpa ao Sr. Secretário de Educação, que parece disposto a orientar no sentido de resolver o problema. Estou fazendo um julgamento de fato, não um juízo de valor. Constatamos faticamente o quadro e não é exagero o que estou registrando neste momento. Nestas circunstâncias eram as observações que queria fazer me reservando o direito de, numa próxima oportunidade, comparecer à Tribuna para melhor e mais detalhadamente abordar o tema. Obrigado.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Agradeço a V. Exa.. Encontro-me na Tribuna, aproveitando o exíguo tempo de que disponho em explicação pessoal, para abordar, em rápidas observações, uma realidade que está aí a chamar a atenção de quantos têm responsabilidade na vida política, econômica e social do Estado. É triste o que ocorre em determinadas áreas do Paraná.

Recebi uma Comissão do Centro-Oeste do Estado, alunos com as mãos rasgadas, alunos judiados que vinham de uma colheita de soja, alunos de uma Escola Agrícola e que foram quase que forçados a trabalhar para angariar alguns recursos, de forma que a Escola possa continuar funcionando. Esta Escola teve que apelar para quermesses, para festas que correm pela cidade, para que não fosse fechada.

O Departamento de Ensino Agrícola do Estado é um Departamento que

não tem condições de suprir as necessidades do ensino agrícola. Plantaram uma lavoura de soja e na hora de colher viram a colheita perdida em mais de 70%, porque não encontraram máquinas para colher o produto, que daria pequena margem financeira para o funcionamento da escola.

É uma vergonha para o Paraná, é uma vergonha para o Governo do Estado que tão pomposamente se instala no Palácio Iguaçu, que esbarja milhões em propaganda e, quando se trata da agricultura de uma região de 400 mil habitantes, consiga uma vaga na Escola Agrícola ainda tem que trabalhar para essa escola, não recebendo nada, e ainda tem que pagar anuidade. Há um sentimento de revolta no peito dessa gente humilde que manda seus filhos para ali receberem instrução.

Mas, Srs. Deputados, na verdade, nada tem aquela Escola, escola de uma região que tanto tem contribuído para o Estado, não tem sequer dinheiro para por o café da manhã aqueles alunos; não tem gasolina para os veículos que transportam os professores; isso é um desleixo muito grande, um descaso, um desgoverno. Não existem homens responsáveis naquele Departamento, na Secretaria da Agricultura. Porque é a Agricultura — como muito em disse o Sr. Governador do Estado, em seu plano de Governo — quem sustenta a economia de nosso Estado, e é tratada dessa forma.

Isso é revoltante Sr. Presidente, Srs. Deputado. E o povo do Paraná tem certa culpa, porque é o povo pacífico, pacato demais, ingênuo demais também, porque tem sido enganado, durante muito tempo, pelos homens que detêm o poder e agem dessa forma.

Não aceito não posso aceitar que isso continue acontecendo no meu Estado, na minha Região. São milhares de toneladas de trigo que saem de lá, da Cooperativa Entre Rios, que é uma cooperativa modelo do Brasil, e lá existe apenas uma única escola que está caindo, caindo mesmo, porque não tem portas, nem janelas. E lá dormem os cabritos da vizinhança, à noite. E, pela manhã, os alunos têm que limpar aquelas salas de aula, porque até em cima das carteiras posaram os cabritos.

O Sr. Sebastião Rodrigues Jr. — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Inicialmente, nobre Deputado, lembro que os alunos dessas escolas agrícolas do Paraná têm que trabalhar para o Estado, e não é apenas isso, eles pagam uma anuidade para o Estado, anuidade alta. Eu, por exemplo, eu mesmo, da minha verba da Assistência Social, tenho pago a anuidade de dois alunos em colégios agrícolas do Estado. Anuidades que passem de mil cruzeiros, ou seja, um milhão de cruzeiros antigos, para cada aluno.

O Paraná tem 63% da sua população na área rural; conta com 432 mil propriedades rurais e não se concebe a existência de apenas 30 escolas de ensino agrícola. Escolas essas que atendem um número de mil e quinhentos alunos, e devem formar, anualmente, apenas 400 alunos, talvez 500.

Veja V. Exa. que a contribuição é mínima, deve haver mais aplicação do Governo do Estado no setor da Educação. Porque, justamente a parte mais bem aquinhada do Orçamento é o setor específico da Educação. E um Estado de economia essencialmente agrícola, como muito bem frisou o Sr. Governador do Estado em seu Plano de Governo, boa parte de nosso Orçamento é dado ao setor da Educação para que fosse aplicado em benefício do desenvolvimento do Ensino Agrícola do Estado. Creio que o tem faltado a este Governo, e aos governos anteriores, é assessoramento. Lamentavelmente, está se dispensando o dinheiro de um Estado que é considerado rico, um Estado rico da Federação. Mas, as perspectivas para o Paraná são as mais sombrias se considerarmos a atual conjuntura da economia brasileira e a situação do Estado do Paraná. Não é necessário apenas dar verbas para a Secretaria da Educação, é preciso que ele vote planos para a boa aplicação desse dinheiro no setor educacional do Estado, para a realidade econômica de nosso Estado, senão teremos no Paraná um desperdício total desse dinheiro. É preciso aplicar essa verba em muitos setores em que não está sendo aplicado. Que o Estado prepare uma estrutura agrícola, porque o Paraná será um Estado, quer queiram ou não, por muitos e muitos anos, com o seu progresso e desenvolvimento baseados na agricultura primeiramente e secundariamente na pecuária.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Agradeço a V. Exa. e o quadro que V. Exa. relata com relação aos alunos das escolas agrícolas, se repete por todo o Paraná. Tenho certeza que os Deputados da situação, humanos que são, não ficarão insensíveis a quadros dessa natureza. Disse outr dia na minha cidade, a ajudarmos a sobrevivência da escola por esses métodos, estamos prejudicando a população, porque é um direito líquido e certo de nossa gente, pelo menos instruir seus filhos.

E o Governo tem sido elemento de descapitalização da educação no interior, descapitalização da educação no interior, descapitalização através do processo fiscal violento a que essas áreas são submetidas.

O Sr. Sebastião Rodrigues Júnior — V. Exa. permite mais um aparte? (Assentimento). Não disse que ajudo a escola, em absoluto; eu pago a anuidade do aluno. Porque a interpretação de V. Exa., pode dar a entender aos demais Deputados que eu ajudo a escola. Os alunos têm de pagar anuidades, senão não podem estudar. Então, eu pago a anuidade, especificamente, de determinado aluno, para que ele possa estudar, porque se não puder pagar, não pode estudar. Veja V. Exa. que tradição. Uma pessoa atinge as portas da Universidade e, apesar de ter condições de pagar, não precisa pagar para estudar. Um aluno, filho de família pobre do interior, de um agricultor, vem para a escola aprender o que interessa ao desenvolvimento do Estado, e tem que pagar anuidades. É uma contradição, é um paradoxo; o Estado quer tirar do que não tem. Sou a favor do ensino gratuito, sou a favor do ensino público mas entendo que, se o Estado não pode dar ensino gratuito a todos, deve estabelecer uma hierarquia de prioridades, dar ensino gratuito àqueles que mais trabalham para o desenvolvimento de nosso Estado.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Obrigado pelo aparte.

Interrompo esse meu pronunciamento, por ter conhecimento de que o Sr. Secretário da Fazenda já se encontra na Casa. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — A Presidência tem a satisfação de comunicar que se encontra nesta Casa S. Exa. o Sr. Secretário da Fazenda, Dr. Maurício Schulmann. Nomeio uma Comissão, formada pelos Srs. Deputados Cândido Martins de Oliveira, Emílio Carazzini e João Mansur para, em Comissão, introduzirem S. Exa. ao recinto deste Plenário.

(Adentra ao Plenário o Sr. Secretário da Fazenda, Maurício Schulmann).

O SR. PRESIDENTE — S. Exa., o Sr. Dr. Maurício Schulmann, digníssimo Secretário da Fazenda, atendendo convite desta Casa, consubstanciado em requerimento do Sr. Deputado João Mansur, vem ao nosso Plenário para expor a situação financeira do Estado e, posteriormente, dialogar com os Srs. Deputados sobre aspectos da política fazendária.

E com satisfação que passamos a palavra ao Dr. Maurício Schulmann.

O SR. MAURÍCIO SCHULMANN — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Foi com satisfação que recebi o convite e aqui estou para prestar os esclarecimentos que os Srs. Deputados acharem conveniente com relação à posição financeira do Governo e à política fazendária.

A minha idéia é fazer uma explanação sobre alguns dados que trouxe da situação financeira e, em seguida, se estiver a meu alcance responder as perguntas dos Srs. Deputados sobre assuntos específicos da Secretaria da Fazenda.

Inicialmente, gostaria de fazer uma rápida referência quanto à evolução da economia do Estado e do Governo do Estado nestes últimos anos.

O setor público do Estado do Paraná não tem podido acompanhar, com os seus programas de investimento, o crescimento da economia paranaense. Isso tem acentuado a diferença entre a evolução da economia e as possibilidades do Governo do Estado em atender aos investimentos de infraestrutura econômica e dos serviços públicos básicos necessários. Isto vem acontecendo desde 1940, quando do bom caféiro no Norte do Paraná, em que se deu a ocupação de vasta extensão de território com imigração maciça de população em atividade econômica, na ocasião intimamente vinculada a não economia direta do Paraná mas de São Paulo. Os grandes resultados daquela atividade econômica se refletiram muito mais em São Paulo do que no Paraná; os bens eram comprados em São Paulo, os impostos eram pagos em São Paulo, e o Governo do Paraná, naquela ocasião sob a Direção de elementos originários de outras economias anteriores a do café, investiam fundamentalmente nas áreas, esta ocupação da área do Norte, este crescimento econômico que foi por anos excepcional, que, em menos de 10 anos mais do que dobrou a renda "per capita" do Estado, deixou porém uma situação de necessidades das obras de infraestrutura difíceis de serem alcançados. Na última década, tendo diminuído o ritmo de crescimento do Norte, que deu ao Paraná índices de crescimento demográfico na década de 40, de 7%, na década de 50, de 5%, continuou na região Oeste/Sudoeste, e nesta região o mesmo fenômeno vem ocorrendo, isto é, as obras de infraestrutura vêm realizadas muito mais tarde que a ocupação territorial e que a atividade econômica. Isso deixa ao Governo do Estado um diferencial, um abismo entre o que é essencial para acompanhar a economia do Estado e o que o Governo do Estado tem tido condições de realizar para que esta economia possa crescer continuamente e com mais firmeza; o descompasso entre a economia do Estado e a situação financeira do Governo do Estado tem se agravado nos últimos anos — o nível de despesa do Estado, custeio, despesa de pessoal, mais manutenção tem se situado acima de 75% da receita do Estado; o Estado tem utilizado 75% de sua arrecadação para pagamento de sua máquina administrativa, deixando os outros 25% para investimentos e para amortização de serviço, de dívidas de outros empréstimos que o Estado tem.

Esta situação que já não era das melhores com o IVC — Imposto de Vendas e Consignações — agravou-se mais ainda com o ICM; o ICM, sendo um tributo em cascata de concepção válida para um Estado único, a sua aplicação num País Federativo como o Brasil, em que cada Estado disputa com o seu vizinho, o máximo de arrecadação do mesmo tributo tem dado grandes dificuldades por força da orientação da política nacional de contenção de custo de vida, de agressividade nas exportações, o Paraná, como sendo um Estado que tem na produção primária 50% da sua economia, tem tido maiores dificuldades ainda em arrecadar, já que a União tem isentado de pagamento do ICM, que do rol dos 14 tributos que existem no Brasil representa mais de 90% do total que o Governo do Estado arrecada, ficando o Estado também somente com mais um tributo, que é o de transmissão, e os outros 11 pertencentes à União, que tem a flexibilidade de um tributo para outro, os eventuais benefícios que pela conjuntura econômica possa transferir de uma atividade para a outra não deixa ao Estado a mesma possibilidade. O Estado só tem o ICM como tributo válido. O ICM é o único instrumento que o Estado tem para realizar a sua despesa. Não há nenhum outro, não há nenhuma outra possibilidade pela atual distribuição de tributos com relação ao Estado. E a União, dentro de uma política perfeitamente correta do ponto de vista nacional de contenção de custo de vida e agressividade de exportação, nos tem privado de parcelas substanciais de nossa arrecadação. Muitos dos produtos primários estão isentos. Todos os produtos industriais. Além de isentos ao ICM, recebem do Estado um prêmio equivalente ao IPI que deveriam pagar. Além das atividades que não só não pagam nada como obrigam o Estado a pagar por terem atividade econômica. Naturalmente o Estado tem um benefício natural que a atividade econômica, sendo próspera, sendo crescente vai acabar redundando em arrecadação para o Governo do Estado, mas este é o processo que demora, que é lento e nós, infelizmente, não estamos podendo, o Estado, acompanhar na mesma velocidade, que o crescimento da economia. Está em discussão hoje pelo Governo Federal, uma nova legislação que proíbe a concessão de novos benefícios com base no ICM. Isto já é vedado hoje, mas inúmeros Estados têm feito uma verdadeira guerra fiscal, dando benefícios que a curto prazo não significam muito, para o Estado, mas a longo prazo são verdadeiros suicídios econômicos, concedendo benefícios de ICM que para atividades que não tem vocação para a região onde estão sendo implantadas, estão sendo implantadas exclusivamente pelo benefício fiscal. Quando o benefício cessar, a atividade econômica entrará em crise, criando um problema muito pior que a não existência desta atividade. A solução que o Governo do Estado vem procurando dar, então, para o problema de diminuir a diferença entre o crescimento da economia do Governo do Estado e o crescimento da economia do Estado para que as várias regiões do Estado tenham as obras de infraestrutura necessária e essencial ao seu atendimento mínimo, tem sido buscar nas outras esferas de Governo, situação do Estado e que se comprometem de que têm que marchar juntos para tirar essa diferença, porque o Sr. Parigot de Souza está procurando convencer a União de que, se ela não investir no Paraná, o Brasil não poderá crescer às taxas que se propõem. Para que o Brasil cresça numa taxa econômica de 9% ao ano como propõe o Governo Federal, é necessário que as exportações do Brasil cresçam à taxa de 15% ao ano, para fechar o modelo que o Ministério da Fazenda montou para firmar esta certeza de que cresceremos a 9% ao ano. Para que o Brasil cresça e exporte 15% a mais por ano, é necessário que o Paraná exporte mais de 100 milhões de dólares a cada ano. Porque 15%, dos 2 bilhões 700 milhões de dólares, são 400 milhões de dólares. O Paraná hoje, é responsável por quase 30% do total de exportação do Brasil. O ano passado exportamos mais de 700 milhões de dólares do Paraná. Estes 400 milhões de dólares de crescimento nas exportações, podem ser na melhor das hipóteses obtidos 100 milhões dos manufaturados. 300 milhões têm que ser para produção primária, a situação do minério no mercado mundial, está numa séria dificuldade. Minério de ferro que vinha principalmente, crescendo muito no fim da década de 60, nestes últimos dois anos entrou em crise. O Brasil não tem conseguido exportar em valor, quantidades crescentes em

ria é uma unidade pagadora, unidade programadora de despesa e realizadora de pagamento. Todos os pagamentos foram concentrados no Banco do Estado e são feitos por transferência em conta corrente. Não há mais pagamento de cheque ou dinheiro, nenhuma movimentação de saída de recursos do Estado é feita em caixa. Todas elas são feitas através da transferência em conta corrente no Banco do Estado, da programação financeira de cada Secretaria, aprovada através de decreto do Sr. Governador do Estado que limita dentro do teto do Orçamento, programado uma parte para as despesas do exercício, uma parte contida em reservas técnicas e uma parte em deferimento, são programadas com antecedência de, no mínimo, três meses a cada Secretaria que conhece com antecedência a data em que são liberados esses recursos a sua conta no Banco do Estado do Paraná.

Esses recursos dividem-se em três categorias, resíduos passivos, com o qual a Secretaria pode pagar, exclusivamente contas de exercícios anteriores, uma conta para pagamento de pessoal e outra para "outras despesas". Cada Secretaria tem liberdade total de, nas "outras despesas" escolher quais as despesas que cumprirá. Tem também o limite do valor que pode empenhar para o qual tem certeza de que receberá os recursos a tempo para cumprir os seus compromissos. Quer dizer, o Estado se disciplinou a viver com o que tem, e não com o que gostaria de ter. Cada Secretaria, cada órgão da administração descentralizada sabe, com grande antecedência os recursos que terá e tem que aprender a viver com esses recursos e não com o que gostaria de ter.

Naturalmente, a situação da Fazenda é a de concentrar em suas mãos toda a flutuação da receita e da despesa que possa existir; garantir que cada órgão da administração descentralizada tenha a tempo os recursos com os quais se comprometeu com fornecedores, empreiteiros e pessoal.

Isto tem sido possível face, também, a concentração financeira que fizemos no Banco do Estado. O Banco do Estado é hoje o grande órgão arrecador e pagador do Governo. Concentrou junto com as outras organizações de crédito, crédito imobiliário, crédito financeiro, corretora que o Estado tinha e administrava diretamente, um conglomerado que tende a fortalecer-se cada vez mais a fim de tornar-se um instrumento importantíssimo da política financeira do Estado.

O Estado, dentro do seu programa de caixa, dentro das flutuações de caixa que pode programar pela previsão da receita e pela previsão da despesa, pode concentrar, mais ou menos, despesas em certos meses e acertar com o Banco do Estado que concentre nas áreas de financiamento, nas atividades produtivas do Estado, maior ou menor financiamento nas épocas em que é mais necessário.

Outro aspecto que queríamos ressaltar quanto a execução orçamentária e quanto a participação da despesa na receita. Ela, disse no início, se situa em torno de 75%. Houveram anos, como 71, em que a despesa corrente foi de 84% da receita corrente. Isto deixou ao Estado, como receita corrente, 16% apenas para investir e amortizar seus empréstimos.

Com respeito à dívida pública tem outro aspecto que pulei, mas que ia ressaltar, e diz respeito a comparação do endividamento com alguma coisa. É impossível comparar dois endividamentos. Uma pessoa que deve 20 mil cruzeiros a um Banco e que ganha 500 mil cruzeiros está numa situação financeira péssima, está falido. Se os 20 mil cruzeiros forem divididos dentro do esquema do BNH e forem pagos em prestações de 200 cruzeiros por mês, num prazo de 20 anos ele terá um assituação não digo excelente, mas sustentável.

É o que acontece com o dívida do Estado. O endividamento do Estado do Paraná, em 66, era de 20 mil. Comparamos o endividamento, não com ele mesmo, mas com a renda do exercício. Comparamos o endividamento no final de cada ano com a receita tributária do ano. Assim sendo, temos os seguintes valores referentes aos últimos seis anos.

1966 — 20%. Isto é ao final de 1966 o Estado do Paraná devia 20% do que arrecadou naquele exercício.

Em 1967 subiu a 34, em 1969 a 42, em 1970 a 67 e ao final de 71 a 68,2%. Ao final do ano passado o Estado devia 593 milhões de cruzeiros e havia arrecadado como receita tributária, naquele exercício, 887 milhões de cruzeiros. Isto é o que mais nos assusta junto com a distribuição desta dívida no tempo.

Outros instrumentos de ação do Governo do Estado, um dos mais importantes, são os Bancos de Investimento. Temos procurado canalizar para o BADEP e o BRDE parcelas substanciais de recursos, pois acreditamos que através desses organismos temos possibilidade de vitalizar melhor a área econômica do Estado, que pode, a prazo razoável, compensar esta diferença de evolução entre a economia do Estado e a sua receita, e a utilização de mão de obra, cuja perspectiva do Estado não é das melhores, que é a atividade industrial. A atividade industrial do Paraná involuiu em relação ao Brasil, na última década, de 3% para 1,8; há 10 anos atrás a produção industrial do Paraná era 3% da produção industrial do Brasil; em 1970 a produção industrial do Paraná era 1,8 da produção industrial do Brasil. A produção cresceu, mas a do Brasil cresceu muito mais depressa. A nossa economia cresceu, na verdade, foi na agricultura e nos serviços, principalmente no serviço. A distribuição de renda do Paraná hoje é 50% agricultura 40% serviço e 10% a indústria. A indústria é a grande atividade que pode trazer receita para o Governo do Estado, e que pode dar emprego para essa população enorme, dos quais 44% tem menos de 15 anos, isto é, que nos próximos 10 anos atingirá idade de encontrar um emprego novo. Somente a indústria pode nos dar isto, porque a nossa agricultura vem evoluindo nas áreas que crescem, principalmente na soja e no trigo, muito industrializadas muito mecanizadas, dando muito pouca oportunidade deparar emprego. Isto nos assusta um pouco porque o contingente populacional liberado com a reivindicação de cafeeiros não encontrou ainda ocupação plena no Norte do Estado. Temos certeza de que as novas técnicas agrícolas cada vez ocuparão menos mão de obra para a mesma área cultivada, somente a indústria é que tem capacidade para absorver esta mão de obra.

Os valores que temos é de que o BADEP poderá aplicar neste ano, em empréstimos à indústria, cerca de 300 milhões de cruzeiros — naturalmente que isto é com grande esforço, principalmente esforço de multiplicação. O Governo do Estado não tem na sua receita recursos suficientes para fazer face ao que seria desejável para investir nessa área, e tem procurado então, multiplicar seus recursos. Esses 300 milhões serão aplicados com talvez de 40% de recursos do Governo do Estado; o resto são recursos de repasse, de reaplicação, como agente financeiro de outros organismos nacionais e internacionais, e aí é que nós procuramos concentrar os nossos esforços, isto é, convencer aos outros organismos de que o Paraná é um bom lugar para investir e que o nosso Banco do Desenvolvimento é um Banco eficiente e tem condições de gerir bem esses recursos. O outro é o BRDE, no qual o Paraná é associado com 1/3 do capital, mas que não te multilizado dele a totalidade da sua potencialidade. O Paraná, que para a constituição do BRDE comprometeu 1% da receita tributária como parcelas a serem entregues a

cada ano ao Banco para aplicação, estava devendo, ao final do ano passado, 27 bilhões de cruzeiros, isto é, nos últimos três anos praticamente não entregou 20% do que deveria ter entregue ao Banco, pelo seu comprometimento; este ano, temos certeza que entregaremos ao BRDE a totalidade do nosso compromisso, isto é, 1% da renda tributária do Estado, e pensamos inclusive, recuperar parte do tempo perdido, transferindo ao BRDE recursos adicionais a isto, para compensar parte dos 27 bilhões da nossa situação negativa em relação ao Banco.

Com isto, estimamos que o Banco possa aplicar no Paraná 88 milhões em investimentos industriais, para uma participação nossa de talvez 14 ou 15 milhões. Então, o total de recursos a investir este ano, de bancos de investimentos, que usam recursos do Estado, mas que são geridos pelo Governo do Estado, deve chegar a perto de 400 milhões de cruzeiros. Os dados do BADEP nos dizem de que, do investimento industrial, nos últimos 8 anos, no Paraná, cerca de metade foi fruto da aplicação de recursos do BADEP, isto é, se o BADEP não existisse metade dos investimentos industriais do Paraná não haveriam sido feitos. Nós temos certeza de que um aceleramento nesta área poderá produzir reflexos francamente positivos em dois aspectos no crescimento econômico e na utilização de mão de obra. O outro aspecto muito importante que quero destacar é o problema da preparação da máquina fisco-arrecadadora do Estado. As técnicas utilizadas até hoje para fiscalização não são as mais modernas. O pessoal não é o mais bem treinado, mas é o que o Estado tem. Então decidimos de que a solução seria treinar o que temos e não buscar soluções fora do pessoal da Secretaria da Fazenda. Estamos iniciando uma programação de aperfeiçoamento de pessoal da Fazenda pelo qual previmos que em três anos nenhum funcionário da Fazenda deixará de passar por um programa de aperfeiçoamento e dos dois mil funcionários fazendários, neste primeiro ano, 820 passarão por um programa de aperfeiçoamento que irá a todos os níveis. Já tem em todos os níveis. Já temos um curso de aperfeiçoamento para os advogados da Fazenda, sobre aperfeiçoamento em direito tributário, economia, contabilidade, demos alguns programas de contabilidade, análise de balanço, direito tributário ao pessoal da fiscalização e temos um programa que abrange todas as áreas da Fazenda. Acreditamos que isto terá excelentes reflexos na arrecadação, pois dos servidores do Estado muitos deles não prestam melhor serviço a Fazenda, não por culpa própria, mas muitas vezes por despreparo para a função. Muitos deles chegaram a função de fiscalização vindos de outras funções do Estado, por readaptação, sem ter tido uma formação profissional, e foram jogados na fogueira e não têm, muitas vezes, as condições mínimas para exercer com eficiência esta fiscalização. Naturalmente, grande parte, a maioria do pessoal da Fazenda é bem formado, mas as técnicas de contabilização modernas que as firmas comerciais vêm utilizando, as dificuldades de entender melhor a tributação, a parte doutrinária da tributação que vem sofrendo mudanças radicais, nos últimos anos, nos faz ter a certeza que isto talvez seja o instrumento melhor que a Fazenda possa ter para aumentar a sua arrecadação. Isto é, aperfeiçoar o seu pessoal para que ele tenha melhores condições de exercer a sua função fiscalizadora e que dentro deste aperfeiçoamento se conscientizem da importante função que têm dentro da política econômica do Governo do Estado. Se não houver uma arrecadação boa, não será possível fazer nenhum mínimo do que nos propusemos a fazer.

Outra posição importante, digamos é a mudança de métodos. Deveríamos ter, até o início do próximo ano, colocados em computador todos os contribuintes do Estado.

Há uma dificuldade muito grande de manuseio de papel, de fechamento de informações que só é possível fazer com velocidade e eficácia, através do computador. Já conseguimos implantar no computador, o cadastro dos contribuintes. O Governo do Estado sabe hoje, quantos contribuintes tem e quais são os cálculos até o início do ano que vem de toda a arrecadação dentro do computador. Isto permitirá à fiscalização mais tempo para poder exercer a sua função, e poderá também exercer esta função, orientada pelos valores do manuseio, das informações que provém da arrecadação.

E estas duas medidas tenho certeza, terão efeitos muito salutares na melhoria da arrecadação do Estado.

Gostaria de dar uma informação aos Senhores também, com relação à situação deste ano. Se até o ano passado, a arrecadação comportou-se muito mal, este ano, felizmente, a situação não se repete. Mas para realizar em números é necessário muita cautela. O Ministro Campos, numa das suas conferências, citou que a estatística, é como um maiô biquini, mostra tudo menos o essencial. Se nós olharmos os números simplesmente, sem uma análise mais profunda do que eles significam, poderemos ser tomados de uma situação de euforia, que não reflete a verdade. O que aconteceu nos primeiros meses deste ano, é que a arrecadação, a maior que houve, é fruto fundamentalmente do comércio do café colhido no ano passado e que não foi comercializado naquele exercício.

No ano passado, a safra do café foi bastante boa, mas o IBC não tinha interesse em comprar este café e praticamente não comercializou o café. No começo do ano passado vinha ainda uma safra péssima que foi a de 69/70. Para os Senhores terem uma idéia da arrecadação do Estado referente à Café nos primeiros cinco meses deste ano, vou lhes dar os valores. O café pagou, em janeiro do ano passado, 2 milhões e 900 mil cruzeiros de ICM. Em janeiro deste ano, 35 milhões e 400. Em fevereiro do ano passado pagou 1 milhão e 400, em fevereiro deste ano, 64 milhões. Em fevereiro houve um aumento da arrecadação de café de 4.440% (quatro mil quatrocentos e quarenta por cento). Em março, de 5.900 (cinco milhões e novecentos mil) para 25 milhões.

Em abril, de 7 milhões para 16 milhões; em maio de 9 milhões e 600 para 21 milhões, dando um total nos cinco meses de 1971, de 27 milhões; em 72, de 162 milhões. Um aumento de 498%.

Infelizmente, isto não é uma denúncia, é um degrau.

Acontece que o café foi comercializado uma vez. Não existe mais café para comercializar de novo. E é impossível imaginar que cheguemos no começo do ano que vem com um estoque de café nas mãos dos produtores ao final, igual ao que chegamos ao final deste ano. Este degrau de arrecadação a mais no começo deste ano, foi utilizado não como um aumento de nível de despesas do Estado, já que conhecemos bem, analisamos bem o fenômeno temos a certeza de que não é uma tendência e sim, um degrau. Utilizamos a totalidade destes recursos em amortizar neste primeiro semestre. O Estado pagou todas as dívidas que se venceram no primeiro semestre, e não gerou outras dívidas. Quer dizer, o Estado não tomou nada emprestado de janeiro a dezembro do ano passado até esta data. Utilizou este excesso de arrecadação não em acelerar a despesa do Estado, não em acelerar a velocidade do gasto, e sim, em diminuir o nível de dívidas.

Infelizmente, no segundo semestre, não temos novamente café para arrecadar nesses níveis, e o serviço de dívida cresce no segundo semestre. O que nos obrigará a restabelecer parte da dívida do Estado, que terá de emprestar quantias em torno de 150 a 170 milhões de cruzeiros para poder chegar ao

final do ano, com uma situação financeira equilibrada. Estamos negociando com o Ministro da Fazenda um empréstimo nesse sentido. Não temos intenção, só iremos em último caso, ao mercado financeiro, para tomar esses recursos, pois são recursos que se vencem a curto prazo e a custo mais elevado. Estamos procurando convencer a União a que nos empreste recursos ou que nos ajude a obter esses recursos nas fontes em que ele possa ser obtido em prazos mais longos e a custo menor.

Tirando o café, a arrecadação de todos os outros produtos: comércio e indústria e restante da produção primária, no primeiro semestre, se comportou da seguinte maneira: janeiro do ano passado, 25 milhões; para esse ano, 75 milhões; fevereiro, 46 milhões, para 52; março, 49, para 55; abril, 53, para 62; março, 56, para 74. Dando aumentos percentuais de 36% em janeiro; 13 em fevereiro; 13 em março; 17 em abril; 31 em maio; dando na média, um aumento de 23%.

A inflação do ano passado, para este ano, foi entre 19 e 20%. Na verdade, o aumento real da arrecadação do Estado, nos primeiros 5 meses deste ano, em relação ao ano passado, sem contar café, foi de 23%. E se tiramos a inflação, foi talvez de 4%. Naturalmente o café faz parte da nossa economia; o ano passado foi terrivelmente ruim para o café; como os primeiros meses deste ano foram excepcionalmente bons para o café. Nunca houve uma época em que o Estado tenha arrecadado tanto em café como nos meses de janeiro e fevereiro deste ano. Foram comercializadas mais de 5 milhões de sacas nestes dois meses, de uma safra estimada para este ano, de 8 milhões e meio de sacas.

Se tomarmos a totalidade da receita em que esperamos que o café continue se comportando como uma parcela importante. Naturalmente não podemos imaginar que seja como foi nos primeiros dois meses deste ano; mais de 50% da arrecadação; que venha a ser os 20% que tem sido; arrecadamos nos primeiros 5 meses do ano, 67% a mais do que nos primeiros 5 meses do ano passado. É um resultado excelente mas, infelizmente não é duradouro; é um degrau não uma tendência. E isto nos faz ser muito cautelosos quanto à programação de despesa para o Estado neste ano. E no próximo ano, esta programação que é baseada no Orçamento do Estado que é um limite para a despesa teve, por parte do Sr. Governador, um Decreto que a limitou em mais de 75% do total previsto no Orçamento; que é o Orçamento de 1 bilhão e 600 milhões. Estamos limitados a uma despesa de 1 bilhão e 100 milhões.

Se contarmos sobre esta despesa, parcela de pagamento de pessoal, na área de educação, que não constou do Orçamento, que o Orçamento original previa despesa inferior na área de educação, inferior em 72 milhões de cruzeiros sobre a que se deveria realizar. Se não fosse concedido nenhum abono, nenhum aumento ao funcionalismo. Se contarmos a incidência do abono já concedido sobre mais um eventual aumento que o Sr. Governador espera poder encaminhar a esta Assembléia, dentro dos próximos meses, como anunciou quando da assinatura da Lei que fixou o abono. Imaginamos que deveríamos gastar em pessoal, mais de 150 milhões de cruzeiros sobre a autorização do orçamento. Mas o comprometimento de outros empreendimentos, principalmente a Estrada de Ferro Central do Paraná, que é uma obrigação do Governo do Estado realizar, dentro do acordo que fez com a União, para a sua realização, pela qual o Estado realiza a obra e a União indeniza, mas indeniza em tempo muito mais longo que o tempo em que será necessário cumprir a obra. Nos obrigará a investir nesta estrada mais 100 milhões de cruzeiros neste ano. Teremos, então, uma despesa a realizar neste exercício, de um milhão 400 mil, contra um milhão e 600 mil autorizados no Orçamento. Isto está absolutamente seguro dentro dos recursos que temos certeza obter através da arrecadação e dentro da operação de crédito que esperamos conseguir realizar através do Ministério da Fazenda, um empréstimo que esperamos seja de prazo compatível com as reais possibilidades de saldá-lo em tempo oportuno.

Creio que me alonguei demais, a idéia era fazer uma conversa de meia hora e já estou falando há uma hora.

Sr. Presidente, coloco-me à disposição dos Srs. Deputados para as perguntas que desejarem fazer.

O SR. PRESIDENTE — O Sr. Secretário da Fazenda coloca-se à disposição dos srs. Deputados para perguntas a respeito da explanação que acaba de fazer.

Esta Presidência solicita que as perguntas sejam feitas pela ordem.

O SR. CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — (Pela ordem).

Sr. Secretário, eu desejaria, antes de formular a V. Exa. as perguntas, de me congratular em meu nome pessoal e em nome dos componentes da Bancada da ARENA, com V. Exa. pela sua vinda nesta tarde a esta Assembléia, e pela sua exposição, concisa e precisa, dando uma idéia geral da situação econômico-financeira do Estado do Paraná e dando, sobretudo, a certeza aos senhores Deputados estaduais e ao Estado do Paraná de que o Governo Parigot de Souza tem plena consciência da realidade do Estado e está habilmente capacitado a desenvolver um plano de trabalho que possibilite o equilíbrio econômico do Paraná e a realização das obras necessárias nesta parte do território brasileiro.

Gostaria, em seguida, de formular a V. Exa. as seguintes indagações: Quais os critérios usados pelo Governo para a distribuição de recursos aos órgãos executores do Estado? Qual a filosofia de prioridade e quais as porcentagens atribuídas a cada órgão da administração direta e indireta do Estado? Seria a primeira indagação.

A segunda, a previsão de resgate das dívidas internas e externas do Estado.

E a terceira as despesas que o Estado tem com o pessoal. Apenas com pessoal, dentre os 75% a que V. Exa. se referiu. As despesas só com o pagamento de pessoal.

São estas as três indagações.

O SECRETÁRIO DA FAZENDA — Agradeço as palavras do Deputado Cândido Martins de Oliveira.

A primeira pergunta, quanto às porcentagens para cada órgão, não há um estabelecimento prévio. A função do Governo Parigot de Souza é de que cada órgão deve, para a programação financeira, ter o seu Orçamento justificado dentro da filosofia de Orçamento Programa estabelecido pela União e executado pelo Paraná e a cada programa é que são atribuídos os recursos e o Estado se engajará nos programas para os quais tenha recursos. Não há uma porcentagem prévia fixada a cada órgão para que ele, dentro dos recursos, possa estabelecer as suas prioridades.

As prioridades dos órgãos têm que ser comparadas não com elas mesmas, mas com as prioridades dos outros órgãos. E pode resultar que uma prioridade na área de transportes perca em relação a uma prioridade na área de educação. Não há nenhuma previsão para uma divisão prévia dos recursos do Estado, e sim, uma predisposição para discutir, com cada área, seus programas prioritários, qual o seu custo e comparar os custos.

Um ponto importante: é impossível comparar programas entre si di-

nheiro no tem valor nesse caso, um dinheiro não é igual a outro. Se a União nos diz que, para um programa de saneamento básico nos empresta 50% dos recursos, nós sabemos que a outra parte teremos que contar exclusivamente com nossos recursos. Então, o conceito de prioridade muda um pouco. Talvez, para o saneamento básico, a União, ou outra entidade, possa carrear recursos de 50% e, para outra atividade nos concedam 90% dos custos, o conceito de prioridade muda bastante. Então, esse conceito é flexível. E nós temos adotado, em cada área da administração, um critério rígido. E, dentro desse critério, é que vemos as prioridades, as oportunidades de obtenção de recursos externos que juntamos com os nossos para a realização de programas.

Esse tem sido a principal tônica quanto a programação de recursos.

Quanto a amortização da dívida flutuante está praticamente acertada, não há maior preocupação. Há menos de dois órgãos, o Instituto de Assistência ao Menor e a Fundação Hospitalar do Paraná, que ainda não estão com as dívidas completamente sanadas. Mas, com alguma boa vontade, alguns problemas burocráticos e de beneficência, poderemos acertar, com esses dois órgãos no começo do próximo mês.

O resto que nós temos feito, é programado a dívida. Temos autorizado a órgãos que não têm recursos, que programem suas obras dentro dos seus recursos, ou que, dentro de uma data que lhes é antecipadamente garantida, para que a Fazenda possa ter condições de honrar seus compromissos assumidos. O que temos feito é liberar os recursos, desde que os órgãos programem para uma época previamente estabelecida. O DER do Paraná, por exemplo, está gastando para pagar no decorrer do ano que vem. As obras rodoviárias são essenciais para o progresso do Estado e não podem ficar paralizadas porque não se tem recursos para pagar. Então, é preciso entrar em entendimento com os fornecedores e empreiteiros, para que forneçam quando o Estado quer e recebam quando o Estado possa lhes pagar; é como qualquer um de nós faz na sua vida particular.

Quanto à despesa de pessoal, é de 68 milhões de cruzeiros. Para se ter uma idéia, a arrecadação de março, inclusive com o café, foi de 80 milhões de cruzeiros. Então, nesse mês, a despesa com pessoal foi 68 sobre 80, o que dá 80 e tanto por cento. No mês de fevereiro, como houve uma arrecadação maior com o café, só o café 64 milhões, a despesa pessoal foi de 58%. Mas, na média, este ano, será 70% a despesa com pessoal. E com o abono, vai a 76, 77%.

O SR. CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA. — Muito obrigado.

O SR. SECRETÁRIO DA FAZENDA. — Imagine, Sr. Deputado, que a média do ano, se pudermos conceder um aumento nos últimos meses do ano, vai situar-se em torno dos 75%.

O SR. PRESIDENTE — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Junior.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JUNIOR — Sr. Secretário, inicialmente, em nome da Bancada de meu Partido, do MDB, que tenho a honra de representar nesta Casa, queria congratular-me com V. Exa. pela sua presença nesta tarde. Recebemos como uma deferência ao povo do Paraná, porque esta Casa, inequivocamente, é a expressão máxima da representação popular atualmente em nosso Estado.

V. Exa. descreveu com realidade a situação econômica de nosso Estado. Devo dizer a V. Exa. que temo profundamente, nos anos em curso, o desenvolvimento da economia paranaense e o faço porque a estrutura de poder nesta terra, com respaldo a aplicação dos dinheiros arrecadados pela União, é de molde a nos conduzir a esse temor. Tudo conduz a arrecadação aos cofres da União. O Governo Federal tributa mesma até o sonho e a ambição dos mais pobres desta terra, através da Loteria Esportiva. Assim, tudo conduz a arrecadação aos cofres da União. E a União parece estar investindo a arrecadação neste país imenso, à luz de um critério, que para ser entendido necessita não só de uma análise econômica, mas também de uma análise psicológica, porque esses investimentos vêm sendo feitos por amor e por medo. Por amor no Rio Grande do Sul, e por medo no Nordeste do país.

V. Exa. situou muito bem o problema quando diz que o Governo do Estado procura convencer o Governo Federal a investir no Paraná. Creio que nos dias que correm essa é a medida de primordial importância para que o Paraná não perca anos preciosos ao seu desenvolvimento porque o nosso Estado contribui com as exportações de forma notável para a economia do país, contribui pelo confisco cambial com uma longa parcela para os cofres da União. E esses produtos que nós exportamos, quase na sua totalidade, são assentos de tributação.

Temos conhecimento, por exemplo, de que Cooperativas do Norte do Estado, por vantagens decorrentes da isenção do ICM, ditadas pelo vizinho Estado de São Paulo, estão levando soja para exportar através do Porto de Santos, ao invés de fazê-lo pelo Porto de Paranaguá porque no Porto de Paranaguá, pagariam sobre uma pauta de 45 cruzeiros, enquanto no Estado de São Paulo o pagamento se faz por uma pauta em torno de 33. Medida que o Estado de São Paulo tomou e convém à economia dele, mas medida que entendo, pela natureza da economia do nosso Estado, não pode e não deve ser tomada aqui.

É preciso que o governo da União interceda no sentido de corrigir certas anormalidade. Creio, portanto, dentro desse preâmbulo o que fiz, que é da máxima importância que o Governo se assessoro no sentido de procurar obter do Governo Federal todos os aulios e por todos os caminhos possíveis. E esse assessoramento, hoje, é mais imprescindível do que nunca, porque as vias de reivindicação política estão fechadas. Conforme disse a V. Exa., o Paraná tem perdido dias importantes para o seu desenvolvimento porque o Governo Federal, pelo que todos assistimos, não tem dado ao Paraná a atenção especial que nosso Estado merece; as representações tradicionais que nosso Estado possuía, junto aos órgãos federais, foram dadas a outros Estados em detrimento do Paraná.

Esta representação, conforme disse e repito, adquire maior importância nos dias que correm porque as vias de reivindicação política estão fechadas, pois é quase suspeita uma reivindicação que siga pelos canais políticos. Daí a necessidade de uma alta representação na esfera administrativa federal. É justamente isto que está faltando ao nosso Estado.

A pergunta que gostaria de formular a V. Exa., feito este preâmbulo, é: quais os meios que possui o Estado para procurar obter do Governo Federal auxílios para investir no Estado do Paraná e especificamente as importâncias; se já existe algum plano, alguma obra. Se existe em andamento pedidos de auxílio para esse plano ou obra. Quais são. Onde serão realizados e quais as perspectivas de obtenção desses auxílios.

O SR. MAURICIO SCHULMANN — Na verdade, concordaria com quase tudo que o Deputado disse, menos quanto ao tempo do verbo. Isso realmente aconteceu no Paraná, porém a situação mudou substancialmente. O Paraná

não soube, na mudança de atitude do Governo Federal, quanto ao atendimento de reivindicações, montar uma estrutura capaz de sensibilizar a União. Mesmo na área política os desentendimentos que aqui houveram contribuíram muito para atrasar a contribuição da União para com o Estado do Paraná. O entendimento hoje é absoluto entre o Estado e a União.

O Governador Parigot de Souza, desde o primeiro dia, não colocou nenhuma dúvida quanto a que sua linha de ação seria com relação a adaptar a administração do Estado do Paraná às metas do Plano Nacional de Desenvolvimento do Presidente Médici e dela tirar o máximo proveito para o Paraná. É nesta linha que acaba de ditar o documento de diretrizes, "Diagnóstico e Diretrizes de Ação", que submeteu à discussão das classes e das pessoas que tem condições de ajudar a montar este documento para saber em que direção, na verdade, deve caminhar melhor o esforço do Estado.

Das coisas práticas já obtidas a demonstração dada pelos Ministros de Estado que tem vindo ao Paraná em atender a grande maioria das reivindicações, em programar, em prazo curto, realizações que satisfaziam nossas necessidades, é patente.

Na verdade, é impossível imaginar, por exemplo, no campo rodoviário em que a União não tem um metro de estrada em construção no Paraná, há mais de um ano, que se possa partir para construir dois ou três mil quilômetros de estradas, pois o Estado não reivindicou na forma correta que a União desejava, qual seja a de programar obras dentro de critérios técnicos com projetos finais de engenharia estabelecidos. Esses são documentos que não existem no Paraná e estão sendo confeccionados agora. O Ministro Andreatta esteve há dois meses e meio e anunciou uma programação de quase quatro mil quilômetros de estradas pavimentadas para fazer no Paraná em cinco anos. Dois mil em dois anos e os outros dois mil nos seguintes três anos.

O Governador Parigot esteve ontem no Rio de Janeiro conversando com o Ministro sobre uma próxima vinda dele aqui para, digamos, assinar os primeiros contratos de obras, fruto daquele rendimento de três meses atrás. O que não há, é talvez, o preparo do Estado do Paraná de saber reivindicar. Há muitas áreas, que a União exige prova de que a obra é rentável, de que a obra tem projeto, de que tem uma definição física, e o Paraná não tem sabido, ao menos em algumas áreas, obter esses recursos. Talvez na área de energia, que é a área de onde o Professor (Parigot de Souza vem; aprendemos muito nesse campo, soubemos nos adaptar à nova realidade econômica do Brasil e talvez do mundo, porque o Brasil nos últimos 10 anos, passou a receber parcelas substanciais de financiamentos externos, alguns de excepcionais condições de repagamento, de data e de custo, mas para esses empreendimentos é necessário que se tenha documentação que comprove o certo da escolha da solução técnica, e o Paraná, na ansia da realização das obras, nem sempre teve paciência de esperar os meses necessários dessa comprovação, jogou na frente da necessidade imperiosa e real da obra — nenhuma dúvida de que a obra era necessária — mas, talvez fosse melhor esperar um ano, e conseguir que alguém mais viesse nos ajudar a realizá-la.

No setor da energia, por exemplo, a totalidade das obras da COPEL é financiada — na Capivari-Cachoeira temos dinheiro do Banco Interamericano, e da Eletrobrás; em Forte Chopim temos dinheiro do BNDE; nas obras de transmissão temos dinheiro do Banco Interamericano e da Eletrobrás, temos o financiamento da AID, de 11 milhões de dólares para pagar em 40 anos de prazo, a juros de 4% ao ano. Esta é uma empresa que soube se adaptar, outras áreas não souberam ter a paciência para que as soluções definitivas fossem impostas as soluções comprovadamente necessárias. É o que o Governador Parigot de Souza está fazendo agora, todas as áreas do Estado estão programando estes projetos, estão emitindo documentos capazes de canalizarem para o Paraná, os recursos por ventura existentes. Na área de comunicações, já citei, foi feito entendimento já, de que a EMBRATEL subscreva capital na TELEPAR, no valor de 30 milhões, que realizaremos dentro de duas semanas para a complementação de um plano de um programa de obras a realizar. É a primeira vez que a União subscreve capital na TELEPAR, então já é fruto dessa orientação desse entendimento de que dentro da orientação da União o Estado se adaptará para tirar o máximo de proveito. O que não é possível imaginar, é que nós tenhamos a capacidade de mudar a orientação básica da política econômica-financeira da União; o que nós temos é que entender a política, e através dela estabelecer a nossa estratégia, para termos o máximo de benefício. É o que fazemos no corredor de exportação — a União estava implantando também, e nós fomos lá para convencer de que um corredor essencial era Paranaguá, e temos batalhado com a União, e fruto desta batalha já é a dragagem em Paranaguá, aprofundar o Canal, de 10 para 12 metros, e a contratação, nesta semana agora, do equipamento de carga de grãos para funcionar junto com o silo que será construído até o final do próximo ano; a contratação da variante Engenharia Bley-Pinhais, essencial para o tráfego ferroviário no Paraná, já que a área mais congestionada de tráfego é esta travessia de Curitiba. Em contrapartida, o Estado compromete-se a terminar a Central do Paraná até o final do ano que vem. Estamos pleiteando junto ao Governo Federal, para que inclua nesse programa dos corredores, a extensão da estrada-de-ferro de Guarapuava a Cascavel, que julgamos fundamental para atender à nossa economia. Estamos acertando com o Banco Central, no programa ainda do corredor de exportação, na tese de que não é suficiente um silo de 100.000 toneladas em Paranaguá, que, para que esse silo funcione é necessário que no centro de produção tenha, no mínimo, três vezes mais capacidade de ensilagem de produtos já padronizados para exportação, pois um silo desses, com navios que, imaginemos, de até 40.000 toneladas que venham carregar em Paranaguá se esvaziam em três dias; é preciso imaginar que, depois dele esvaziar-se vai o produtor descobrir onde que tem aquele produto novamente, para formar tipo, para classificá-lo, para padronizar para poder exportar. Estamos acertando a construção de 300.000 toneladas de capacidade de silo nas áreas de produção em 10 silos, localizados tecnicamente na área em que produz.

Estamos nos entendendo na área de transportes, também nesse programa enorme de rodovia, para que a União, uma vez por todas, faça, duplique a estrada-de-rodagem São Paulo-Curitiba. Está decidida a duplicação mas não começa nunca! Então temos pressionado nesse sentido e também err, que, convencendo-os de que o essencial para o Paraná, hoje no transporte e na área rodoviária é deixar a União ficar com a responsabilidade e com a glória das estradas pavimentadas importantes e que o Estado fique com as estradas alimentadoras que são essenciais para transportar nossa produção. Estamos propondo à União um programa de 3 mil Km de estradas e sinais, para ser realizado em três anos, para o qual pedimos à União uma participação de 50% do seu custo através do financiamento do BNDE. Então, temos agido em todas as áreas. Naturalmente, algumas com mais sucesso, outras

com menos. Agora, necessitamos sempre do apoio político que o Deputado diz que não tem importância, mas que tem bastante. É necessário, que o Deputado, que esta Casa some esforços no sentido de que não se degladiar nas diversas soluções e sim que concentre normas para pedir por aquilo. Que não fiquemos de novo discutindo qual a solução melhor para o problema físico em que a União está envolvida, e que concentremos esforços para que ela dê uma decisão para a solução e não ficarmos enfrentando a União sobre a melhor solução. Deixe-se que a União decida como é o caso do Porto de Paranaguá. Vimos insistindo por um porto graneleiro fora da barra, mas se a União decidiu tecnicamente que é melhor aumentar Paranaguá, desde que ela o faça, nós não temos nada a opor. Vamos depois insistir para que faça o outro porto. Mas não vamos na discussão de qual a solução, permitir que o tempo passe e que não se faça coisa nenhuma. Eu concordaria com a palavra do Deputado, menos com o tempo do verbo.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Nivaldo Kruger.

O SR. NIVALDO KRUGER — Sr. Secretário Maurício Schulmann.

Não posso esconder a minha satisfação pela oportunidade em que me encontro de, pela primeira vez, participar de um diálogo franco ou porque estou presente num momento em que se realiza um debate, um diálogo franco sobre problemas do Paraná, com tanta objetividade. Os números, os dados alinhados por V. Exa. vem aqui, confirmar aquilo que nós suspeitávamos realmente existir, endividamento, ausência de programas, o Paraná sem uma política inteligente na área Federal, o povo paranaense pagando por tudo isso e gostaria de dizer a V. Exa. que grande parte da minha curiosidade foi satisfeita pelas informações dadas por V. Exa. Sou homem do Partido da Oposição, mas sou um homem profundamente interessado no desenvolvimento do meu Estado e quando tomei a iniciativa aqui, de um Requerimento no sentido de convidá-lo a vir a esta Casa, foi exatamente com este objetivo, porque entendo que o diálogo entre o homem de Governo e o Político que representa o povo é fundamental. Esconder a realidade nunca foi boa política. Assim, ilustre Secretário, gostaria de saber, se for possível, a estreita faixa que resta para investimento, quanto dela está onerada. Eu sei um instante talvez V. Exa. tivesse afirmado isto, quando dela está onerado pelos empréstimos contraídos. Quanto desta faixa. Esta é uma pergunta. Porque me parece ser fundamental saber quanto resta porque daí resultará um programa de investimento que se fará no interior, do qual há tanta necessidade. Outro aspecto, ilustre Secretário, é o que na mentalidade vigente no Paraná até então, o Estado é tido como mero realizador de obra, arrecadador de recursos, realizador de obras. Um empréstimo não precisa muito engenho nem muita inteligência para arrecadar e aplicar. Parece-me que há grande necessidade de visão de estadista para projetar seu futuro, para programar, tendo em vista o crescimento da nossa população, os dados da nossa economia e a grande preocupação que sempre nos angustiou foi a ausência de um planejamento, de uma programação que conduziisse o Paraná a um clima que desse ao representante do povo certa tranquilidade quanto ao futuro do nosso Estado.

Gostaria de saber de V. Exa. se o Governo tem um pensamento formado sobre a necessidade de o Estado assumir uma posição diversa, não a de realizador de obras puras e simplesmente e de receptor de impostos, mas também de coordenador de fatores de produção, estimulando, criando novos campos, atraindo novas empresas, preparando a mentalidade empresarial, preparando a mão de obra, para nós entrarmos numa fase de diversificação. Porque como V. Exa. diz muito bem nós regredimos até em matéria de industrialização, o que é altamente inquietante para nós de todo o Paraná. Não creio, não sei qual o ponto de vista do Governo, mas não creio que através do sistema vigente no Paraná, de emprestar dinheiro a juros que no meu entender são muito elevados, que sobrecarregam demais à empresa, pois existem outras áreas oferecendo forma de financiamento muito mais atrativa para o empresário. Então há, fatalmente, um deslocamento de poupança, e um deslocamento de interesses. E nesta concorrência perderia e perderá o Paraná, no meu entender, profundamente.

Veja o que acontece com o Estado de Sta. Catarina, que criou um fundo de desenvolvimento, retendo parte do ICM e oferecendo isto ao empresário, como um estímulo. É muito diferente do que tomar dinheiro emprestado a juros que são altíssimos...

Mas, sabemos que grande número de empresas não conseguiram superar, não se pode atribuir que seja exclusivamente devido ao elevado custo do dinheiro, talvez falta de formação pessoal e assim por diante, de programação e de estudo. Mas a verdade é que grande número de empresas não conseguiram superar estes compromissos.

Sabemos também que empresas que retiram grandes recursos das riquezas naturais e têm vontade, por uma questão até de amor regional de reinvestir estes recursos com encaixes. Na minha região, madeira, ocorre isto e estas empresas não encontram projetos, não tem projetos adequados que possibilitem uma aplicação com segurança de ressarcimento e com segurança de rentabilidade e de progresso e ainda com capacidade competitiva no mercado interno e externo. Gostaria de saber se o Governo está programando alguma coisa neste sentido, porque com a mesma franqueza com que V. Exa. manipulou os dados, e como representante do povo, expresso ressentimentos, hoje, em grande área do Estado do Paraná com relação à atividade mais ou menos delapidante desta área exercida pelo próprio Estado, que dali vem retirando há quase um século. Como é o caso da economia do centro-oeste que está em fase de transição e totalmente desordenada esta transição sem a presença do Estado que poderia ajudar a coordenar os fatores de forma que esta poupança ali se fixasse, e a riqueza se multiplicasse, gerando novas riquezas e dando uma estabilidade de economia regional à economia do Estado. Portanto, ainda não posso deixar de me surpreender, pelo fato do Paraná reter recursos do BRDE, o que ocasionou, certamente, transtornos seríssimos às empresas que haviam contratado financiamento com este Banco, e viram os problemas de expansão frustrados, dando ao Paraná esta condição que V. Exa. nos mostra. Louvo V. Exa. pela coragem desta franqueza, porque o que precisamos é a coragem de dizer claramente, francamente que o Paraná desindustrializou-se. E nós sabemos disso. Então, se existe por parte do governo um programa para dinamizar o BRDE, qual o pensamento do governo, sintetizando sobre os fundos de desenvolvimento econômico, como por exemplo, o adotado pelo Estado de Sta. Catarina que vem até atraindo lavradores no setor agrícola para a região norte do Estado e industriais, para o programa do FUNDESC.

Assim, gostaria de concluir dizendo que não aceito; que não me conformo com o Estado do Paraná como mero produtor, exportador de matéria prima.

O SR. SECRETÁRIO DA FAZENDA — Deputado Nivaldo Kruger.

O modelo que o Brasil escolheu, foi o modelo da iniciativa privada. Ao

Governo compete, não tomar as iniciativas na área privada, mas sim apoiar as que julgar pertinentes.

O Sr. Nivaldo Krüger — Talvez não tenha me expressado claramente. Também sou pela iniciativa privada. Concorro com este ponto de vista do Governo apenas quero que ele seja como um êmulos de estímulo às atividades privadas.

O SR. SECRETÁRIO — Neste aspecto concordamos plenamente; e o Estado tem procurado, através de suas organizações, principalmente a COPEL e o BADEP, orientar melhor a atividade industrial.

Naturalmente não é imaginável que ele assuma a iniciativa de todas as atividades industriais do Estado. É necessário e fundamental para a atividade industrial, o espírito de empresário.

O Deputado citou uma série de empresas que tiveram dificuldades em repagar ao empréstimo obtido na antiga Codepar depois BADEP. Mas, a verdade é que as que tiveram maior dificuldade, quando foram vendidas para grupos de empresários que conhecem, talvez melhor o seu ramo, estavam mais bem aparelhadas de pessoal, se saíram muito bem.

O BADEP tem um levantamento que diz que só 2% do total que emprestou, tem dificuldade de pagamento.

A outra objeção é com relação a Fundos. O Estado já tem um Fundo e foi iniciador no Brasil, em matéria de Fundo de Desenvolvimento. O primeiro foi o Fundo do Estado do Paraná. Perdeu um pouco de substância no correr do tempo, pois não teve a alimentação necessária que vinha tendo nos seus primeiros anos, quando recebia uma parcela substancial do imposto, em matéria e forma vinculados. Enquanto foi vinculado ao Fundo de Desenvolvimento Econômico, aqueles 20% do adicional do IVC, os recursos eram abundantes e emprestados a custo baixo. Antes da correção monetária, muitas empresas, apesar disso, não conseguiram manter-se não é por culpa do custo dinheiro. O BADEP está sendo reforçado e temos linhas de crédito a juros negativos. O que se faz é procurar aplicar naquele empreendimento que o Estado julgue mais essencial e que não pode sobreviver a taxa de juros muito alta. Casar recursos, parte de repasse e que tem correção monetária e um pedaço de juros e parte de recursos a juros negativos.

O BADEP tem feito empréstimo à taxa de 12% ao ano sem correção monetária. O que é muito melhor que qualquer outro programa que se tem conhecimento, com relação à fundo de desenvolvimento.

Talvez a sistemática utilizada por Santa Catarina seja politicamente muito hábil; pois dá a impressão de que o empresário tem liberdade total de fazer o que quiser com seu imposto, quando só podem replicar naqueles projetos que o Governo aprovou. É o que faz o Estado do Paraná, sem dar a falsa sensação de liberdade. Arrecada o imposto, transfere ao fundo e o fundo empresta para os projetos que merecem a aprovação do BADEP. É a mesma coisa, só não dá a falsa impressão de que o empresário teve o direito de decidir no que ele vai aplicar o seu fundo.

Na verdade o Estado abre mão de um recurso, do seu imposto, que sou obrigado a reconhecer, no Paraná impossível o Estado abrir mão de ICM, é uma questão de sobrevivência, pois não teria como pagar aos compromissos.

Somente um aumento de arrecadação, por força da melhoria da máquina arrecadadora, cujo processo, por mais força que se faça, é lento ou por um aumento de produção que infelizmente, não vem acontecendo na maioria das áreas do Paraná mesmo na área agrícola. Neste ano, tirando alguns produtos, a maioria ficou estabilizada. Milho não cresceu, algodão não cresceu, arroz não cresceu. Na verdade, o entusiasmo pela soja é excepcional, mas não substitui o que não cresceu em outras áreas.

Só temos uma coisa que possa crescer a prazo razoável e que nós dê recursos na área agrícola, que é o café. Nenhuma outra cultura pode nos dar, com o aumento de produção, o volume que precisamos.

É fundamental que a eficiência na área privada também aumente, que as empresas se compenem, que os empresários se compenem, que se agrupem para serem mais agressivos em novos investimentos e na ocupação do vazio que existe no Paraná na área de comercialização e exportação, porque do contrário algum outro virá ocupar.

O que acontece muito no Paraná, e o Governo é criticado, é fruto da inexistência de grupos privados que exerçam a função comercial e industrial que lhes é oferecida.

Muitas oportunidades foram perdidas, não porque o Estado não estivesse presente, mas porque não existia quem assumisse a responsabilidade. Hoje quem está crescendo no Paraná são os grupos que felizmente vêm para o Estado, mas que não são originários daqui. Os lucros dos empreendimentos são levados para fora. A tomada de decisão não será aqui. De vinte indústrias do Paraná, os proprietários de dez não moram no Paraná. Isto tira do Paraná um potencial de tomada de decisão muito grande, que o Governo não pode substituir em hipótese alguma.

A decisão industrial é do empresário e não do Governo, mas o Governo pode ajudar e orientar. Só não pode substituir o empresário nestas atividades.

Eu repartiria muito mais para o empresário do que com o Governo a diminuição da participação do Estado nas indústrias do Brasil. Não é que tenha diminuído a mecanização, mas diminuiu a participação do Paraná no total do Brasil. Talvez porque os empresários do Paraná não tenham enxergado as oportunidades industriais que apareciam no País.

Na área comercial o mesmo ocorre. Quem está comercializando no Paraná é pessoal de fora do Paraná, na grande maioria. Não é que não sejam bem-vindos, mas o pessoal aqui fica à margem da tomada de decisão.

O Sr. Nivaldo Krüger — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Apenas para concluir e colocar bem o ponto de vista. Acho que Santa Catarina, ao adotar esta política, torna-se um grande concorrente e criou um mecanismo altamente sedutor. Agora, na área esvaziada de nosso Estado, o empresário não tem condições de elaborar planos e quer me parecer que o Estado poderia assumir a posição de planejador e oferecer projetos como o Estado de São Paulo, criando blocos de projetos e oferecendo aos empresários os locais a orientação. Já respondi alguma vez a Federação das Indústrias do Paraná, e se tiver aqui algum representante, que me desculpe, mas a verdade precisa ser dita. Ela não teve a visão suficiente para enfrentar a realidade vivida pelo Paraná. Não debito unicamente ao Governo. Se o Governo oferecesse algum projeto atendendo as características físicas e humanas de cada região, acredito que desenvolveria nesta área. Porque os empresários locais estão perplexos diante da evidente extração da madeira, por exemplo, e outras atividades. A poupança se evade, a poupança paranaense é canalizada para São Paulo e vem concorrer para empobrecer mais a nossa economia. Este é ponto de vista nosso.

O SR. SECRETÁRIO DA FAZENDA — A preocupação não é só sua; é

também nossa e naturalmente estamos juntos nessa preocupação, mas só queria repartir bem os encargos. O Governo está com essa preocupação. Estamos montando alguma coisa aí em relação a estabelecer algum perfil industrial que possa ser utilizado pelo Paraná.

Das cinco grandes indústrias que estão sendo implantadas este ano, no Paraná, duas de cimento e três de soja, somente uma de cimento tem a participação do Governo. A oportunidade estava aí para todos, não é segredo o que ia acontecer. Infelizmente os industriais paranaenses não aproveitaram a oportunidade. Todos os grupos tiveram apoio do BADEP. Mas não foi por falta de anúncio que "era hora da soja", não foi por falta de conhecimento dos homens do Paraná, nem do crescimento da produção de soja. O Sr. é de uma área que mais cresce neste Estado, sabe bem disso.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Exatamente.

O SR. SECRETÁRIO DA FAZENDA — Mas, nenhum empresário da sua área entrou no campo da comercialização e industrialização da soja. Todos os que entraram tiveram apoio do BADEP. Porque, não é possível o Governo dizer: "você não é de fora, não lhes dou apoio".

Agora o que nos preocupa é que mesmo que tenhamos um perfil industrial, tenho certeza que muitos empreendimentos serão feitos com pessoal de fora. O temperamento do empresariado paranaense é muito voltado para a agricultura, comercialização e pecuária e muito pouco para a industrialização.

É isso é um programa de mudança de mentalidade em que o Governo e as classes produtoras são os responsáveis iguais. Não é possível imaginar que possamos, de uma hora para outra, inverter isso. Na verdade, São Paulo tem, de fato, uma mentalidade industrial importada. Não é originária de São Paulo, o pessoal que veio de fora, que imigrou para São Paulo e transportou essas idéias. Agora, a nossa imigração foi de pecuaristas, de agricultores. Então é mais difícil mudarmos nossa mentalidade.

Essa é uma preocupação comum a todos.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Secretário Maurício Schulmann, preliminarmente, meus parabéns.

A formulação que pretendia fazer, neste momento, guardou relação com o tema da pergunta anterior do Deputado que me antecedeu e, realmente, é válida afirmativa de que não há, no Paraná, um empresariado no sentido "manchesteriano", que se costuma dar ao mesmo. Realmente, não há um empresariado modernizante, não há uma estrutura modernizante no empresariado do Paraná, e é evidente que o Governo do Estado não pode dedicar-se a tudo. Mas, exatamente porque não há um empresariado paranaense modernizante, entendo que cabe ao Governo, supletivamente, ocupar a sua posição.

Mas Sr. Secretário, por uma preliminar postura filosófica, entendo que os indicadores do crescimento econômico devem ser avaliados mais pela qualidade de vida do que pela renda "per capita".

O eminente economista Celso Furtado afirmou que se fosse avaliada a grandeza de um país pela economia, o Kuwait seria o maior país do mundo. No entanto, não é isso. A pergunta tem mais uma conotação sociológica do que propriamente econômica.

Entendo, Sr. Secretário, que o problema básico do Paraná é, hoje, a crescente agudização de seu desequilíbrio regional. E o que é mais grave, aliado à estrutura ocupacional repelente. Vale dizer, há um excesso de oferta de mão de obra repelente pela estrutura econômica paranaense, que, ainda, é agravada por ser o Paraná um Estado que tem a mais alta taxa de crescimento demográfico do País; e mais ainda, uma faixa etária, segundo anunciou V. Exa., há pouco, de menos de 15 anos. A população do Paraná, em 40%, tem menos de 15 anos.

Ora, parece-me que essa política de "corredor de transporte", inspirada pelo Governo Federal e adotada pelo Estado do Paraná, seria incapaz de gerar uma estrutura ocupacional para absorver essa mão de obra. E agora vai a minha indagação.

Indago de V. Exa. se existe alguma formulação para uma política de interiorização do desenvolvimento; se existem já alinhados alguns mecanismos institucionais, capazes de possibilitar a interiorização do desenvolvimento econômico do Paraná. Porque Sr. Secretário, parece, segundo entendo, que está provado e comprovado a falácia de polos econômicos reduzidos. Minas Gerais está aí para provar que alguns poucos polos, como parece estar ocorrendo no Paraná hoje, poderiam levar a esse Estado a uma estagnação econômica, ou pelo menos, ficar reduzido a muito poucos polos, com uma faixa enorme de sua população desligada do circuito produtivo.

Esta é minha indagação.

O SR. SECRETÁRIO DA FAZENDA — Não há nenhuma dúvida de que os equilíbrios regionais preocupam o Governo e que terá um tratamento diferencial. Agora, o estabelecimento disso é que que é muito difícil. Na verdade, a seleção do que se deve fazer primeiro, é tentar fortalecer aquilo que já está começando a dar frutos, ou tentar desviar a sua atenção para aquilo que está estagnado? A decisão não é do Governo, a decisão é do povo do Paraná.

Foi esse o desafio que o Governo expôs ao povo do Paraná no seu depoimento. Saber que direção tomar. Não é decisão que o Governador Parigot de Souza vai tomar sozinho. O documento diz exatamente isso. É essa a direção que deve ser tomada em consciência por todos que estão no Paraná e têm condições de opinar quanto a isso.

S. Exa. ofereceu o documento para que todos critiquem e reformulem quanto à orientação básica. O que estamos fazendo, é aproveitando as melhores oportunidades que se nos apresentam.

A União fixou esse corredor dando uma oportunidade. A União não vai resolver sozinho, mas nós não podemos imaginar que vamos combater isso, não é corredor agora, agora é redistribuição de rendas do Estado! Para isso a União está disposta a dar o seu suporte financeiro. Vamos aproveitar essa oportunidade e tentar lançar outro tema paralelo em outras oportunidades que apareçam.

Nós no Paraná só temos dois caminhos hoje, o café a indústria e nenhuma outra atividade que possa absorver contingente maciço de mão de obra no Estado. Cada 100 mil pés de café significam 25 mil famílias empregadas. Uma família cuida de 4 mil pés de café. Se conseguirmos plantar nos próximos anos, em 3 ou 4 anos, 100 mil pés de café, pelo menos, teremos garantido, ao menos na área rural, ocupação plena a quem já está na agricultura, a quem já não tem ocupação plena nessa área, ao mesmo tempo que procuramos nova oportunidade industrial com todo nosso esforço.

400 milhões de cruzeiros, que é o que citei, que o BADEP vai investir na área industrial, é um número imenso em relação ao que se inicia no Paraná, sem nenhum paralelo. O ativo inteiro do BADEP hoje, é de 240 milhões, 120 de capital do Banco, mais 120 do fundo. A aplicação do BADEP

neste ano, é mais do que aplicou em toda a sua história. O esforço é o maior que se pode fazer.

A discussão de qual a grande orientação que deve seguir o Paraná. é uma orientação conjunta governo e povo do Paraná. E é para isso que o governo apresentou aquele documento. O documento é nesse sentido.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — A minha pergunta é de certa importância, porque São Paulo, por exemplo, para recuperar o Vale da Ribeira, que era uma área completamente estagnada, em retrocesso, criou um mecanismo cujos resultados parecem estar sendo positivos. E neste sentido que encaminho a minha pergunta.

O SR. SECRETÁRIO DA FAZENDA — O Estado gostaria de conseguir montar mecanismo semelhante. Não há constatação de que temos recursos capazes para isso. Não é possível comparar São Paulo com o Paraná; infelizmente não é possível comparar quanto a estas medidas. São Paulo se dá ao luxo de isentar o ICM da soja e do algodão porque tem Pirelli e Volkswagen. Nós não podemos nos dar ao mesmo luxo. Não se pode imputar ao Governo a decisão de que a aplicação dos recursos do Estado têm que ser prioritariamente naquilo que está produzido e tentar valorizar mais as áreas estagnadas. Não se pode fazer uma confrontação de um com o outro. Tem que ser as duas coisas.

A solução para o nosso problema é a industrialização, o café e naturalmente melhoria da técnica agrícola.

Entendo a preocupação do Deputado, participo e partilho dela mas não vejo, a curto prazo, a possibilidade do Estado fazer um programa do porte que São Paulo está fazendo com respeito ao Vale da Ribeira, onde investe quantias, absolutamente, impossíveis para o Paraná. Quanto a esses valores é impossível imaginar que o Paraná, com os mesmos problemas que São Paulo, possa investir da mesma forma. Infelizmente não será possível, se bem que gostaríamos.

O SR. MUGGIATI FILHO — (Pela ordem). Sr. Secretário, Maurício Schulman, peço vênia a V. Exa. para formular apenas duas perguntas, visando esclarecer dois pontos da brilhante palestra proferida por V. Exa.

O primeiro é relativamente ao financiamento de V. Exa. anunciou para o problema da ferrugem nos cafeeiros e que será feita pelo Banco do Estado no que diz respeito às pequenas propriedades agrícolas.

Representando nesta Casa uma região ou parte de uma região onde predominam as pequenas propriedades agrícolas cafeieiras gostaria que V. Exa. dissesse alguma coisa a respeito do assunto a fim de poder esclarecer os seguintes pontos:

Primeiro — Se o Estado já chegou a uma conclusão de que o combate à ferrugem nas pequenas propriedades não é anti-econômico.

Segundo — Se esses financiamentos a serem feitos pelo Banco do Estado do Paraná, pela Café do Paraná, incluem, sempre que se faça necessário, as propriedades antigas atingidas no que se refere a substituição da lavoura antiga pela lavoura nova; e quando o Estado pretende iniciar esses financiamentos uma vez que se sabe que a ferrugem já se localizou em todos os Municípios do Estado. Se houver algum Município sem que haja esta contaminação é um caso excepcional.

O segundo ponto diz respeito a devolução de impostos e pagamento de alugueres por parte da Secretaria da Fazenda. V. Exa. aludiu este ponto e nós entendemos, data vênia, também de alta relevância, porque a imagem da Secretaria da Fazenda neste aspecto, como V. Exa. não ignora, não é boa, não é a imagem que se recomenda. A União tem procurado melhorar, e melhorou essa imagem fazendo a devolução do Imposto de Renda, através de cheque, sem solicitação.

Eu tenho conhecimento, Sr. Secretário, de que a aproximadamente um ano havia perto de 1.500 processos de pedidos de restituição de imposto de ICM, feito a mais pelos contribuintes, na Secretaria da Fazenda, sem andamento, assim como diversos locadores de imóveis reclamavam pagamento de seus alugueres, em atraso, atraso este por assim dizer, inadmissível, por se tratar inclusive de mais de ano de alugueres atrasados, por parte do Estado.

Eu gostaria de saber se a Secretaria da Fazenda tomou uma iniciativa no sentido de regularizar esse processo de restituição de impostos e pagamento dos alugueres, dos devidos pelo Estado, aos interessados, de modo que o contribuinte ou mesmo aquele que reclama essa devolução ou pagamento do Estado, sinta-se absolutamente seguro, e a imagem, neste caso do Estado, a ser formada no seio do povo paranaense seja a imagem desejada por todos nós: que o Estado é também, além de grande exigente na arrecadação dos impostos, é também um bom pagador.

O SR. SECRETÁRIO DA FAZENDA — Deputado Muggiati Filho, responderei em primeiro lugar, à segunda pergunta de V. Exa.

Na verdade, encontramos centenas de processos em tramitação na Secretaria, tanto devolução de ICM quanto alugueres; não é bem devolução de ICM, é autorização para crédito em conta gráfica. O ICM não é devolvível, não existe o processo de devolução do ICM; o que pode a empresa, e se creditar na conta gráfica de pagamento de ICM, daquela parcela que está reclamando. Temos despachado centenas de processos, não está mais muito atrasado; o problema é exclusivamente burocrático, de que cada processo seja analisado com profundidade, de cada documento ser revisto, e há processos que têm centenas de documentos. É um trabalho muito moroso. Talvez seja outro que exista nessa área, de autorização para utilização de crédito de ICM, é exclusivamente tempo físico do Departamento Jurídico da Fazenda de informar, de processar.

Quanto aos alugueres, existem na verdade, alugueres não de 1 ano, mas, de 4 anos, desde 1963 que não vinham sendo pagos, muitos por falta de contrato, outros por falta de reclamação do proprietário. Estamos regularizando, está praticamente regularizado, e estamos também estabelecendo pagamento automático, em forma de transferência através do Banco do Estado para aqueles que já tinham contrato. A maior dificuldade não é o pagamento do aluguel, é, na verdade, a assinatura do contrato, porque o contrato, segundo a Legislação, é obrigado a ter uma forma padrão, seguir várias informações de processo, é obrigado a ser assinado pelo proprietário depois de ter essas informações, e essa tramitação leva muito tempo, mas o pagamento tem sido feito em forma de transferência, pelo Banco, e isto não está mais atrasado. O que ainda tem algum atraso, é assinatura de contratos. Recebemos ainda agora, contratos de 70/71. Não que não se tenha recursos ou disposição de pagar, é que há muitos contratos de dois anos. São pagos integralmente, no dia seguinte em que são assinados. A dificuldade maior é burocrática.

Quanto ao café, a decisão, a orientação básica quanto ao combate à ferrugem, é do IBC. Quem dá orientação quanto à política de café, de plantio, de combate, de financiamento, é o IBC. O Estado utiliza, fomenta,

ajuda, mas a decisão básica é do IBC, quem orienta da conveniência ou não do combate a uma qualquer doença, da conveniência ou não do plantio do café, é o IBC. O que nós sentimos, é de que tendo tomado esta decisão tanto na área de plantio, como o Sr. se referiu, e tendo nomeado exclusivamente o Banco do Brasil como seu agente, sendo um Banco excelente mas lerdoso e difícil de operar, o pequeno agricultor não tem condições de operar no Banco do Brasil, ele tem que provar cadastro, tem que ter gravata, é um Banco, por ser um Banco grande, com mais dificuldade. Por isso estamos pleiteando que o Banco do Estado seja agente também de todas as linhas de crédito na área de café, tanto na parte de plantio como já é, como na parte de insumos para financiar adubos, como na parte de combate à ferrugem. Agora, nós sentimos que o pequeno produtor não vai, ele, comprar o equipamento de combate à ferrugem, e muito menos hipotecar a sua propriedade ao Banco do Brasil por isto. Então nós estamos montando um esquema com o IBC com o Banco do Estado e com a Café do Paraná para que a Café do Paraná seja executora do trabalho. Que o Banco do Estado faça a transferência um financiamento nas condições normais do Banco. O IBC aprova e após feito o serviço transfere parcela desse financiamento ao agricultor. Porque nós vemos que, para tirar a burocracia, é impossível imaginar que do financiamento que possui, é 500 cruzeiros que é quanto vai custar o combate à ferrugem, um produtor que tenha dois ou três mil pés que ele vá hipotecar sua propriedade ao Banco do Brasil. É impossível imaginar isto. E que ele faça com uma antecedência de seis meses, que é necessário para encomendar a máquina, comprar o inseticida. Então, nós queremos é montar um sistema de que a Café do Paraná tome essa iniciativa independentemente de saber de quem será o usuário final. Com recursos desse plano e que possa, à medida em que forem feitas solicitações de aplicação do fungicida, transferir só o débito da Café do Paraná para o usuário. Então é essa a mecânica que estamos montando. O Diretor do IBC, Dr. José Maria, viria amanhã a Curitiba para acertar conosco os detalhes técnicos e financeiros da operação, mas transferiu infelizmente para a próxima terça-feira; eu só teria a solução disso no decorrer da outra semana. Agora, é uma iniciativa nossa, de ir de encontro a esta realidade que o Senhor mencionou, de que não é possível ficar à mercê da fixação teórica das medidas básicas pelo IBC; é necessário uma agressividade maior e que o Governo do Estado tem que entrar nisso junto, naturalmente, com outros órgãos de classe da cafeicultura. É isso que nós estamos tentando montar, agora porque é essencial que, a partir de setembro, o combate seja frontal à ferrugem.

O Sr. Arthur de Souza — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Sr. Secretário Maurício Schulmann nós que conhecíamos V. Exa., através do trabalho que desenvolveu na Copel e em muitas viagens mesmo que empreendemos para inaugurar obras, muitas delas rápidas porque eram de avião, outras tantas porque eram de automóvel tivemos tempo de dialogar com V. Exa., sabemos do quanto V. Exa. conhece o Paraná, o quanto poderia realizar se alçado a um posto da importância da Secretaria da Fazenda, e hoje, quando V. Exa. comparece a esta Casa, faz a explanação que faz e depois mostra a sua versatilidade, os seus conhecimentos quando é sabatinado pelos srs. Deputados, não nos surpreende, Sr. Secretário. Sabíamos e conhecíamos perfeitamente e tínhamos certeza que a escolha de S. Exa. o Sr. Parigot de Souza, recaído em vossa pessoa, era uma escolha feliz para o Paraná. Sr. Secretário, V. Exa. falou em mão de obra, falou na preocupação de faixas etárias, mas gostaríamos de saber um ponto que não vimos V. Exa. abordar e que preocupa o norte novíssimo, região que representamos, Sr. Secretário numa política que o Governo Federal reconheceu errada, ele incentivou a erradicação do café e com isto propiciou ao agricultor que se transformasse em pecuarista e ele ficou num misto de agricultor e pecuarista, mas com tendência muito grande para o plantio de postura artificial e assim ele, nesta sua tendência, passou grandemente para a pecuária. Nós sabemos atualmente, sr. Secretário, que o Governo Federal está preocupado com Mato Grosso e inclusive incentivando, pensando, planejando na questão da transplantaneira. É uma estrada que vai buscar aquele gado que está desassistido e inatingido para comercializar este gado e consequentemente fazer uma concorrência ao Estado do Paraná. Então eu gostaria de saber como V. Exa. vê a pecuária em nosso Estado e qual o incentivo que tem dado a esta Pecuária.

O SR. SECRETÁRIO — Com excelentes perspectivas. A produção tem melhorado bem.

Acreditamos, que se não agora, nós temos que começar a exportar carne, pois os preços fixados pela SUNAB para o mercado interno só daria equilíbrio ao atual preço do boi, se a empresa tiver alguma exportação. Então o que é essencial é que os atuais abatedores de carne bovina se conscientizem disso e passem a exportar o produto. Se eles o fizerem, terão condições competitivas excelentes em relação a outras áreas do Brasil. Pois a região que revela o Deputado, a região norte novíssimo, tem condições atuais para engorda do gado.

O Estado está insistindo com a União para que tenha em mente Paranavai, Porto de São José e Porto S. José Dourado, que vai facilitar muito o transporte do Gado para o Paraná. Eles não acreditam que o Paraná tenha possibilidades para ser um grande criador de gado. As condições serão sempre melhores para recria e engorda. Temos muito mais perto dos grandes centros consumidores, temos um consumo do próprio Estado muito bom, e temos condições de exportação muito boa. Creio que encaminhamento da solução do problema do gado, seja para se ligar mais o sul do Mato Grosso para baratear o transporte do gado jovem do Mato Grosso para o Paraná, e com isso, procurar acelerar o norte do Paraná em recria e engorda. Ao mesmo tempo que se oriente nossos frigoríficos para a parte de exportação. Creio que com isso teremos condições competitivas excelentes, em relação ao resto do Brasil.

O sr. Arthur de Souza — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Não deixei bem situado, quando falei em que se comentou aqui, veio à baila, o assunto "faixa hectária", como eu havia mencionado, porque na pecuária sabemos que a mão de obra é pouco empregada, ela exige pouca mão de obra.

De modo que foi por isso, que eu havia aventado o problema da pecuária como pouco incentivo ou pouco consumidor da mão de obra. Daí porque, queria ouvir a opinião do Estado com relação ao incentivo do gado. A nossa pergunta era mais com relação específica ao criador paranaense.

O SR. SECRETÁRIO — Outra coisa que nós estamos pleiteando junto à União o que é mais difícil, é a inclusão desta região, dentro do prodoeste. Na concepção do prodoeste não fugiria nenhuma área do Paraná, mas esta área do Paraná, arenito, vizinho do sul de Mato Grosso, é absolutamente idêntica ao sul de Mato Grosso, e merecia da União o mesmo tratamento.

A união colocou dentro do prodoteo exclusivamente a estrada de Paranavai — Dourado. Este trabalho poderia ser complementado pela área política num sentido de que a União considerasse a região de arenito como parte do sudoeste para poder gozar dos mesmos benefícios da fiscalização. Por isso, seria uma solução, sem nenhuma dúvida a todo o problema daquela área. Os benefícios fiscais da área traria investimentos que ocupariam a mão de obra disponível à criação do gado. Enquanto o pasto é plantado, se ocupa muito a mão de obra, mas depois de pronto é bem mais difícil.

O Sr. Arthur de Souza — É um grande benefício então, Sr. Secretário, se incluir na área do prodoteo aquela região.

O Sr. João Mansur — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Embora o adiantado da hora, eu não poderia também deixar de me manifestar nesta tarde. Inicialmente, quero cumprimentar e agradecer ao Deputado Wilson Fortes, Presidente deste Poder, pelas diligências que houve por bem tomar no sentido de dar atendimento à manifestação desta Casa, a fim de que o Sr. Secretário aqui comparecesse nesta tarde. Sr. Secretário Maurício Schulmann, eu quero, a exemplo do que fizeram os demais Deputados, cumprimentar V. Exa. pelo brilhantismo da sua exposição e dizer que V. Exa. conquistou a simpatia deste Poder, dando pronto atendimento ao convite da Assembléia Legislativa do Estado e aqui comparecendo para trazer ao conhecimento não só dos Deputados mas de todo o Paraná, de uma forma oficial, da situação financeira e econômica do nosso Estado. É mais do que isso, Sr. Secretário. V. Exa. acaba de conquistar também o nosso respeito pela maneira clara, pela demonstração inequívoca do conhecimento que V. Exa. demonstrou da pasta mais importante de nosso Estado e que em tão boa hora fora-lhe entregue, pelo Governador Pedro Viriato Parigot de Souza. Nós temos a certeza de que o Paraná, através da Secretaria da Fazenda, entregue em suas mãos, haverá de se reencontrar com seus verdadeiros destinos e há de ser aquele Estado promissor que todos nós esperamos e desejamos.

Mas, Sr. Secretário, uma das grandes conquistas, no meu entender, em face do apelo do Presidente da República, consubstanciado no Plano de Desenvolvimento Nacional, foi ter sido o Paraná incluído neste programa: o corredor de exportação, através de Paranaguá. Indiscutivelmente, grandes benefícios advirão para o nosso Estado e para a nossa gente. Porque V. Exa. já enumerou uma série de medidas que estão sendo tomadas para complementação desse corredor de exportação. Medidas essas que por certo contarão, como estão contando, com o apoio decisivo do Governo Federal e, em última análise, é uma ajuda ao Governo do Estado.

Nós sentimos que, para complementação desse corredor de exportação, teremos a complementação da Estrada de Ferro Central do Paraná; a nova estrada de ferro Pinhais a Paranaguá; a duplicação da Estrada Curitiba-Ponta Grossa; a complementação da Estrada Irati-Relógio, Campo do Mourão Cascavel. Mais uma série de estradas que irão ser atacadas agora, dentro deste programa de integração do Paraná nesse corredor de exportação. Os grandes benefícios que o Porto de Paranaguá já está recebendo, como bem disse V. Exa. As dragas já estão lá, fazendo a dragagem dos 12 metros, quando irá capacitar aquele porto no recebimento de navios de até 50 mil toneladas; os silos de 100 mil toneladas que estão sendo construídos; a ampliação do cais do Porto.

O Porto de Paranaguá exportou no ano passado, um milhão e 600 mil toneladas de cereais, dentro do programa de governo do Estado de duplicação das nossas exportações, tivemos a oportunidade de ouvir ainda ontem o superintendente do Porto de Paranaguá que nos fez exposição das medidas que estão sendo tomadas em favor daquele porto, que ele não tem recebido nenhum que o Porto de Paranaguá está em condições de dar atendimento a esta chamada do Governo do Estado, em cumprimento aquilo que pede o Presidente Médici.

Diversas medidas o Governo do Estado tem tomado no sentido de promover o aumento de nossas exportações.

Temos aqui a SESPAP, este órgão que vem reunindo homens de empresa, procurando dar ao menos um sentido empresarial aos homens do Paraná.

O Paraná tem hoje o primeiro Clube de Exportação em Londrina. Os consórcios de exportação em número de quatro. Além disto diversos benefícios que o Governo Federal tem propiciado, a fim de acelerar a exportação, com incentivos de toda a ordem.

Mas eu perguntaria a V. Exa., como conhecedor que demonstra ser do assunto, através de sua palestra.

Segundo entendimento que tenho, parece-me que quanto mais o Paraná exporta, evidentemente que o Estado enriquece e o Governo empobrece, em face desta série de isenções que são impostas aos produtos de exportação, aqui no Paraná.

Perguntaria a V. Exa. quais as medidas que o Estado poderia tomar no sentido de que pudesse se beneficiar destas exportações. Se o Estado, que hoje avança em todos os sentidos não poderia se industrializar a exemplo do Estado de São Paulo que hoje se dá ao luxo de poder isentar todos os produtos agrícolas porque isto nada ou quase nada representa no Orçamento de São Paulo, que é um Estado industrial. Estamos verificando que se o Paraná não se industrializar o nosso futuro será muito sombrio aqui no Estado.

Gostaria de saber qual a sua opinião e se haveria possibilidade de que o Estado tomasse medidas neste sentido.

E por último, uma sugestão para que o Governo do Estado fizesse uma campanha no sentido de que os empresários do Paraná fizessem a retenção total dos incentivos fiscais para serem aplicados no Estado, embora a faixa de aplicação seja mínima através do reflorestamento, pesca e da PARANATUR. Mas este mínimo que fosse aplicado no Estado viria, de certo modo, ajudar o desenvolvimento do Paraná.

São estas as duas perguntas e quero, em meu nome pessoal e em nome da ARENA, de que sou Líder, agradecer a V. Exa. pelo seu comparecimento e por esta verdadeira aula que V. Exa. nos proporcionou neste instante e que tenho certeza, veio trazer melhores esclarecimentos e mais luzes a muitos dos Senhores Deputados que se encontravam até certo ponto preocupados com a situação financeira e econômica do Estado, mas que não dispunha de dados oficiais como estes que V. Exa. vem nos trazer.

Deixo, aqui, meus agradecimentos.

O SR. SECRETÁRIO DA FAZENDA — Muito obrigado Deputado João Mansur. Agora, com relação à política exportadora, na realidade, o que entendo que interessa ao Governo é que a economia venha para cá. É impossível vender-se soja a 32 dólares a tonelada se não fosse para exportação. Se a economia for bem, embora com empresariado de fora, o Paraná irá bem. O ideal mesmo seria vendermos a soja para que São Paulo ex-

portasse. Mas, as condições de comercialização são por Paranaguá. Então, o que estamos fazendo é que haja uma compensação, por parte da União, ao Paraná, por esse esforço maior. É que a União seja responsável pelas obras de infra-estrutura que permitam o Estado exportar. E mais ainda, que a União nos facilite meios financeiros para podermos melhorar a economia do Estado.

Estamos discutindo, hoje, com a União, ou seja, técnicos do BADEF foram, hoje, à Brasília, para acertar com o Governo Federal uma participação maciça do Paraná, rumo pedido ao Banco Mundial. Tudo isso são coisas que não posso anunciar, porque são entendimentos preliminares e que são válidos enquanto não forem firmados pelas autoridades competentes. Pode até prejudicar alguma coisa.

O Brasil está negociando com o Banco Mundial uma linha de crédito de 70 milhões de dólares para produtos agro-industriais. E nós estamos pleiteando que seja repassado ao Paraná um terço desse montante, como contribuição da União, ao Paraná pelo esforço do programa de exportação.

Naturalmente, esse programa não é uma atividade de industrialização da área agrícola, para exportação de qualquer coisa. Mas, estamos tentando incluir, dentro desse programa, o nosso Estado, para um terço desse dinheiro venha para o Paraná. Porque seriam 70 milhões de cruzeiros que seriam somados a outros 35 da União e 35 do empresariado, ou de bancos. Totalizariam 140 milhões, dos quais pleiteamos 30%. Praticamente 50 milhões de dólares, 300 milhões de cruzeiros, num único programa, para valorizar o nosso produto primário. Deixamos de exportar matéria-prima, mas mesmo exportando e não cobrando ICM, possam os exportar um produto de valor maior. Esse esforço existe e o Paraná deve aproveitar as oportunidades que aparecem. Estamos atentos a todos eles, e solicitamos a todos os Senhores que se tiverem conhecimento de alguma coisa que possa aparecer e que o Estado não está utilizando ao máximo, que nos alertem.

O SR. JOÃO MANSUR — Gostaria que o Governo fizesse um apelo ao empresariado para que aplicasse seus recursos aqui no Estado.

O SR. SECRETÁRIO — Acho perfeitamente válida a sugestão, agradeço, e creio que eles entenderão. Na verdade, o Sr. Governador montou um esquema solicitando aos empresários que reapplicassem aqui no Estado. Mas, creio que não deveria ser preciso nenhum apelo.

Mas, a idéia do apelo é válida, agradeço e vou levar ao Sr. Governador para que ele coloque em termos.

Antes de terminar, gostaria que aqui não ficasse uma impressão pessimista quanto à situação do Estado.

Na verdade, os números que apresentei são a tônica que o Governo deu em seu documento, que é um desafio. A situação não é ótima, mas é necessário a ajuda de todos. O Paraná não é um Estado falido, e o povo paranaense não está à beira da miséria.

O que acontece é que o Paraná teve um crescimento vertiginoso na década anterior e está perdendo esse ímpeto. É necessário que se dê um empurrão para ganhar aquela velocidade que ele tinha.

E essa a imagem principal que queremos transmitir.

Apresentamos os números. Eu poderia manuseá-los de maneira a que a situação parecesse boa. Mas, venceremos essas dificuldades. A situação é difícil, mas se todos não contribuírem com uma parcela ficará cada vez mais difícil; mas se houver uma consciência do que está acontecendo no Paraná e com os Srs. que representam politicamente todas as regiões do Estado, mais os empresários do Paraná, mais o povo, é possível dar novo embalo a este Estado.

Tem toda oportunidade imaginável, tem terras excepcionais, tem clima excelente, tem oportunidade agora de produzir produtos de que o mundo está sedento, que é comida. As perspectivas de vender alimentos para o mundo são boas para os próximos anos — próximos que digo são 20 anos. Não há possibilidade de alimentar o mundo com facilidade e o Paraná tem condições excepcionais para isso, mas tem que se preparar em estrutura, em empresariado, em técnica, em investimento, em conscientização dos empresários e dos políticos, de que este é o caminho. De que o Governo não tem o poder de resolver sozinho. O Governo tem, sim, o dever de alertar os homens responsáveis pelo Estado, da situação em que ele se encontra. Esta é a imagem que o documento tem.

Outra notícia, é de que os dados principais da palestra estão contidos num pronunciamento que fiz há cerca de um mês e pouco no Círculo de Estudos da Associação dos Diplomatas da Escola de Guerra de Curitiba. Os que estiverem interessados, é só telefonar para a Secretaria, ou, se quiserem, mandarei trazer aqui.

Srs. Deputados, o que expus lá não é mais do que isso, esse quadro todo, porém exposto de maneira menos caótica do que fiz aqui, porque eram muitos números e foi difícil apresentar oralmente.

Naturalmente, quero deixar bem claro que continuemos à disposição, como sempre estivemos, na Secretaria, para qualquer entendimento individual com os Srs. Deputados, qualquer problema que possam colaborar com a Secretaria.

Estou à disposição para recebê-los.

O SR. PRESIDENTE — Em virtude de S. Exa. tem um compromisso para às 18.00 horas, e ter que se ausentar, então quero, em nosso nome e de todos os Deputados, agradecer a maneira cordial com que S. Exa. aquiesceu a nosso convite, vindo aqui nesta tarde. Queríamos também nos parabenizar com S. Exa. pela maneira brilhante e abalizada com que discorreu sobre os problemas de ordem econômica e financeira de nosso Estado, como não poderíamos também deixar de cumprimentar S. Exa. o Sr. Governador Parigot de Souza pela felicidade que teve de escolher V. Exa. para Secretário da Fazenda, pois mereceu de sua capacidade, mereceu dos conhecimentos que tem, da sua afinidade com os problemas do Paraná, V. Exa. tem todas as condições de bem dirigir e orientar os problemas financeiros de nosso Estado.

Agradecemos mais uma vez o comparecimento cordial de V. Exa. à Assembléia Legislativa.

Solicito à mesma Comissão anteriormente formada que acompanhe S. Exa. o Sr. Secretário da Fazenda na sua retirada da Assembléia.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 22, quinta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA

3a. Discussão — dos Projetos de Resolução ns. 12-72, 13-72 e dos Projetos de Lei ns. 295-70, 13-71, 57-72.

2a. Discussão — do Projeto de Lei n. 84-71.

1a. Discussão — do Projeto de Resolução n. 15-72 e dos Projetos de Lei ns. 132-71, 135-71, 148-71, 179-71.

Levanta-se a Sessão.